autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ELY TERUEL

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 de Junho de 2025

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Queridas, queridos, querides, podemos começar? Boa noite.

Primeiro, queria muito agradecer a presença. Antes de compor a Mesa, vou fazer a abertura oficial.

Esta é a 4ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, de 2025,

Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2025, convocada para hoje, dia 10/06/2025, para discutirmos a política de drogas e redução de danos na cidade de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, *link* auditório virtual; e pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube.

Quero agradecer a presença dos movimentos sociais, ativistas, coletivos que estão na correria todos os dias para defender a política de redução de danos na cidade de São Paulo, que estão na luta antiproibicionista, que estão na luta antirracista e que estão enfrentando uma nova ofensiva de violência da Prefeitura atual.

Acho que todo mundo que está há muito tempo na pauta de saúde mental, principalmente trabalhadores da saúde, redutoras e redutores de danos está percebendo que esse ano está diferente.

Sabemos, é a receita de sempre. É uma receita que há 20 anos eles fazem no Centro de São Paulo e que há 20 anos não dá certo nem para o propósito que eles dizem ter, que é usar a questão do uso prejudicial de substâncias como caso de polícia, como o caso de violência e forçar a quebra, a diminuição de serviços de saúde e de assistência no município de São Paulo.

Temos visto, inclusive, o próprio Vice-Prefeito falar na imprensa com todas as letras: “Vou diminuir a assistência social do Centro de São Paulo”. Então, nossa situação é muito séria.

Para contextualizar, chamamos esta audiência pública principalmente porque a gente

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

está em um momento de ataque. Quando eu digo a gente, é porque esse ataque não é só a quem está ali fazendo uso de substância na região do Centro de São Paulo, mas também é um ataque a todas as pessoas negras, a todas as pessoas pobres e, principalmente, é um ataque a quem entende a importância da política de redução de danos na cidade de São Paulo.

Então, é muito sério o que estamos vivendo. A ideia desta audiência é articulação, é fortalecimento dos nossos movimentos. A gente está com o calendário agora em junho, que é o calendário antiproibicionista. Teremos a marcha agora no sábado. E achamos que seria muito importante que a Comissão de Saúde da Câmara fizesse esta audiência, que tivesse esse espaço oficial na Câmara Municipal de São Paulo para fazer frente ao que tem sido a política recente.

Queria compor a Mesa neste momento e informar teremos uma forma de trabalho. Primeiro, serão as falas dos representantes de movimentos sociais e depois a Mesa. Achamos essa forma melhor, mais interessante para todo mundo conseguir falar e ser ouvido.

Vou convidar para compor a nossa Mesa. Queria saber se alguém da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos está *on-line*. Não.

Estou vendo de forma *on-line* a Deputada Federal Sâmia Bonfim. Sâmia, agradeço sua presença.

Vou chamar para compor a Mesa o Sr. Michel de Castro Marques, representante do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool do município de São Paulo, Comuda, Secretário Executivo; a Dra. Ana Paula Guljor, de forma *on-line*, representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Coordenadora da Comissão de Saúde Mental. Não sei se já está presente. Vamos ver se vai entrar até o final, espero que entre, vai ser muito bem-vinda.

Convido o Sr. Rildo Marques, representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Condepe; e as Sras. Veronika Verão, Coletivo Tem Sentimento e Teatro de Contêiner; Ananda Vieira Portaro, Centro de Convivência É de Lei; Diva Sativa, ativista canábica. Para finalizar a composição da Mesa, convido o Sr. Henrique Carneiro, professor de

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

História Moderna da USP. (Palmas)

Dra. Ana Paula Guljor está presente?

A SRA. ANA PAULA GULJOR – Sim, estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Bem-vinda. Muito obrigada pela sua presença.

A SRA. ANA PAULA GULJOR – Eu que agradeço o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, vou só falar umas palavrinhas rapidamente, porque a ideia é que todo mundo se ouça, mas não consigo não compartilhar isto. Existe uma angústia generalizada entre trabalhadores do cuidado na cidade de São Paulo. Quando eu digo trabalhadores do cuidado, estou falando de profissionais de saúde - psicólogos, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde, enfim, quem está na ponta, as equipes do Consultório na Rua, trabalhadores e trabalhadoras da assistência, pessoas que estão nos coletivos, como é o caso do É de Lei, como é o caso do Teto, Trampo e Tratamento, como é o caso de diversos grupos que estão presentes -, porque o que está existindo neste momento é uma política muito direta de violência contra os nossos, é uma tentativa de desumanização completa.

Então, eu, como psicóloga do município de São Paulo, o que eu percebo na nossa categoria de fazedores do cuidado - coloco todo ativista antiproibicionista como um fazedor de cuidado -, a nossa angústia é porque a gente está vendo um trator passar por cima da gente. Só que a única forma de a gente conseguir fazer frente a esse trator, na minha opinião, é a nossa articulação política. É a nossa articulação permanente enquanto grupos, coletivos, ativistas para conseguir pensar iniciativas, claro, utilizando o judiciário, utilizando o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a gente já está em diálogos, mas sobretudo, fazendo disputa de opinião pública mostrando que essa solução que o Ricardo Nunes está trazendo que, na prática, é criminalizar a própria ideia de redução de danos e criminalizar pessoas que fazem uso de droga é uma proposta que simplesmente nunca funcionou em São Paulo. Nunca.

Ela não é uma proposta simplista, violenta, que tem gerado uma série de processos

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

de tortura, de morte, inclusive, e que não vai no principal, que é o fortalecimento das políticas públicas. Na verdade, criminaliza as políticas públicas.

Queria, antes de passar a palavra para o movimento sociais, me solidarizar com as trabalhadoras e trabalhadores do Siat que foi invadido pelo Vice-prefeito Mello Araújo em um dos piores episódios que já vi na minha vida. Foi quando o Vice-prefeito entrou no serviço de assistência, de acolhimento, que é o Siat, Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, dizendo que estava à procura de drogas. É um serviço de assistência com profissionais da assistência social. Entraram com cachorro, com equipamento militar, como se estivesse numa espécie de ação de uma investigação, só que dentro de um serviço de assistência. É muito grave. O que ele colocou foi um alvo nas costas dos trabalhadores da assistência. O que ele colocou naquele momento, naquela ação que ele teve, foi uma criminalização de quem está na ponta atendendo pessoas em situação de vulnerabilidade.

Então, foi um passo que eu ainda não tinha visto, professor Henrique, de entrar como Vice-prefeito, ele não estava como militar, ele está afastado das funções de policial. Ele é Vice-prefeito de São Paulo, é um cargo civil, não é um cargo militar. Ele estando num cargo civil foi com a estrutura da polícia intimidar usuários e trabalhadores da assistência. Então, o que a gente está enfrentando é inédito e a nossa articulação, o nosso fortalecimento também tem de ser inédito.

Dito isso, já vou passar a palavra para a Deputada Federal Sâmia Bonfim, que está presente de forma *on-line*. Sâmia, está contigo a palavra.

A SRA. SÂMIA BONFIM – Olá, pessoal. Estão me vendo, me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sim.

A SRA. SÂMIA BONFIM – Obrigada, Luana.

Quero te cumprimentar e cumprimentar todo mundo que está participando desta audiência pública. Não consigo estar aí com vocês porque estou em Brasília no meio da sessão, mas fiz questão de parar para participar também, mesmo que de forma on-line, porque a verdade do que está acontecendo em São Paulo é um processo de desumanização das pessoas, de

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

perseguição à população mais vulnerabilizada, é um processo racista, é um processo de gentrificação, sobretudo, da região do Centro da cidade. E é uma lógica que quer construir cada vez mais uma cidade que só se preocupa com o grande capital, com a acumulação de capital, a sua reprodução, e pouco se importa com as pessoas que ficam no meio do caminho.

Então, desde a operação absurda e truculenta na Favela do Moinho, na ameaça de despejo no Teatro de Contêiner, os grandes planos megalomaníacos do Governador de São Paulo para transformar a região do Centro numa região exemplar, que ele coloca, mas também na perseguição tanto aos profissionais da saúde mental, mas também aos usuários na cidade de São Paulo. Afinal de contas, ele rasga, ignora qualquer acúmulo e conhecimento que se tem na área da saúde para implantar uma lógica de repressão, de violência, de internação forçada e do aumento da criminalização.

O que a gente precisa nesse momento é fortalecer as trabalhadoras e os trabalhadores, fortalecer a unidade entre os diferentes segmentos dos movimentos sociais que atuam na área. E aqui de Brasília, a gente vê um processo semelhante, ao que foi aquela PEC 45, que era a PEC da criminalização de todos os usuários no Brasil, o que significa hoje, por exemplo, o aumento exponencial no número das comunidades terapêuticas, o aumento do envio de recursos, inclusive, através de emendas parlamentares para esses lugares, em detrimento do fortalecimento da RAPS, de toda rede de atenção psicossocial e de seus trabalhadores.

Quando há, por exemplo, o arcabouço fiscal, enxugamento de recursos para as áreas fundamentais, e também os ataques sucessivos ao SUS. É por isso que é preciso lutar, se organizar, não deixar passar nenhum registro de abuso, sempre procurar a Justiça, ainda que a gente saiba do que se trata. A Justiça também tem um lado, tem uma composição de classe, tem os seus interesses, mas são instrumentos que devem ser usados sim como denúncia, como registro, porque às vezes é possível levar adiante algum encaminhamento mais grave. E se unir, se unir a todo momento, se unificar para não deixar que esse estado de coisas, de barbárie, de violência seja naturalizado na cidade de São Paulo e em todo o Brasil.

Daqui do Congresso Nacional contem comigo para o que precisar, a gente constrói

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

aqui a frente de defesa à saúde mental, tem que trazer o debate sobre a descriminalização, a legalização das drogas. A gente leva bastante porrada por causa disso, mas a gente está fazendo o que a gente acredita e o que aprende junto com os movimentos sociais, os profissionais de saúde. E a gente se encontra no próximo sábado na Marcha da Maconha, para mais uma vez dizer que usuário não é criminoso. E para lutar contra essa lógica de violência, de criminalização e de repressão impetrada pelo Estado, sobretudo, na cidade e no estado de São Paulo, que estão sendo comandadas por governantes de extrema Direita, e que só pensam nos seus próprios lucros e nos lucros daqueles que financiaram as suas campanhas.

Estamos juntos. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sâmia, importante você falar enquanto membro do Congresso Nacional. Vou chamar, também acho que é importante, o Osama, da Craco Resiste, se quiser compor aqui com a gente. Vem cá, Osama, vamos compor aqui com a gente. Queria dizer que a gente está com a presença, já chegou, a companheira Cidinha. Cidinha vem cá, vem compor aqui com a gente, por favor, Cidinha, esteja na Mesa conosco.

Antes de passar para os representantes dos movimentos e coletivos, existe uma questão de horário do Rildo Marques, do Condepe. Tudo bem eu passar para ele antes, porque ele vai ter um horário, para ele fazer a saudação do Condepe?

Por favor, Rildo, está com você a palavra.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA – Boa noite a todos e todas, eu venho aqui representando a Mesa Diretora do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, trazemos um abraço para a Vereadora Luana Alves, que maravilhosamente bem está realizando essa importante audiência pública para discutir um tema tão importante e sensível. E como ela mesma disse na abertura, cada dia que passa, tanto o Governo Municipal como o Governo Estadual, de certa forma articulados, tentam varrer isso para debaixo do tapete, de um tapete histórico, como se a população pobre, e a população que é vítima desse sistema, desse processo capitalista, como disse a Deputada Sâmia Bomfim, simplesmente não existisse. Só que ao contrário, o que

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

procura fazer essa audiência, é dizer ao contrário, as pessoas existem.

E aí, falando do Condepe, para quem não sabe, é um Conselho de Estado, onde a sociedade civil tem a maioria neste Conselho. E têm representantes do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do Governo, da Assembleia Legislativa, da Ordem dos Advogados do Brasil e da sociedade civil, a partir de um processo de escolha que é feito por um edital de chamamento. E o Condepe atualmente possui uma comissão que se chama Comissão de Saúde Mental e Políticas de Drogas, eu sou Relator dessa Comissão, e estão aqui presentes o companheiro Adilson e a companheira Auxiliadora, que são membros desta Comissão.

O que faz essa Comissão? Essa Comissão tem o papel de buscar fazer diagnóstico sobre o que está acontecendo enquanto violação de direitos. E a partir não só das regras constitucionais, mas também das regras e tratados internacionais, fazer um diagnóstico sobre as políticas públicas voltadas para a garantia de direitos. E também tem a missão de fazer visitas em qualquer espaço que contenha pessoas impedidas de ir e vir por qualquer circunstância, seja por uma ordem judicial, ou seja até mesmo por uma internação voluntária e também involuntária.

Então, o Condepe, por lei, pode acessar qualquer comunidade terapêutica, ou qualquer hospital psiquiátrico, qualquer instituição do sistema prisional e também do sistema socioeducativo. E eu vou ter que sair realmente, porque nós estamos com outro compromisso em Guarulhos, e eu gostei muito da dinâmica que hoje aqui me foi passada, de ouvir primeiro todas as queixas dos movimentos, das pessoas, e depois ter a devolutiva. Mas eu vou ter que sair e vai ficar aqui o Adilson e a Auxiliadora, em nome da Comissão, que vão anotar e qualquer coisa também vão poder responder. Então, o Condepe se coloca à disposição, Vereadora, de qualquer encaminhamento que saia hoje desta audiência.

E dizer também para vocês que o Condepe iniciou recentemente uma campanha estadual chamada Campanha Estadual Permanente Contra a Tortura. Nós entendemos que é a forma de dizer ao Governo do Estado que existe violência e a prática de um crime de lesa humanidade chamado tortura que não terminou. E ao contrário, apesar de todo um sistema, um arcabouço jurídico, legal, em plena democracia, a tortura ainda é praticada pelos agentes de

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

segurança pública e agentes penitenciários em larga escala, como forma de controle social. Não é apenas um ato criminoso, é uma forma de fazer gestão que eles estão encontrando, seja através da Polícia Militar nas ruas, nas abordagens, seja nas próprias instituições de saúde, nas instituições do sistema prisional, do sistema socioeducativo.

Então, nós estamos gerando essa Campanha, acreditamos que em agosto vamos chegar com ela bastante forte, porque nós precisamos mostrar para o Governador Tarcísio que São Paulo é campeão de denúncia de tortura e nada acontece. Então, nós vamos tentar fazer com que alguma coisa aconteça com essa grande campanha e contamos com todos e todas aqui presentes, com todos os movimentos e articulações sociais, porque a tortura acontece nas quebradas, contra PopRua, contra os usuários, acontece dentro das instituições do sistema socioeducativo, do sistema prisional. E acontece também nos manicômios e nas comunidades terapêuticas.

Então, repetindo, nós vamos fazer vistorias nas comunidades terapêuticas, precisamos da ajuda de vocês, inclusive, nessas vistorias. E contem com o Condepe, a gente vai, depois, ouvir e encaminhar os encaminhamentos de vocês.

Obrigado, boa noite. E está aqui presente o nosso companheiro Adilson, que é também da Comissão do Condepe.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Rildo. Obrigada à presença do Condepe, é fundamental. O Condepe tem tido um papel importante na defesa dos direitos humanos e na denúncia das violações. Obrigada.

Queria anunciar a presença, vai fazer fala posteriormente, do representante do Conselho Regional de Serviço Social, CRESS, César Ágaras. Obrigada, é fundamental a presença do CRESS.

Agora, passando para as falas de representantes de movimentos sociais, começar com a querida Lydia, Teto, Trampo e Tratamento, vem com a gente, por favor, pega esse microfone.

A SRA. LYDIA GAMA – Oi, gente, prazer, Lydia Gama, eu sou uma mulher negra

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

não retinta, estou para todos verem, porque é importante a acessibilidade, já que a gente está falando meio que sobre isso. Então, eu sou uma mulher negra não retinta, tenho os meus cabelos pretos, eles são cacheados, estão soltos, eu estou com uma touca preta, estou vestindo um macacão preto, uma blusa preta, uma echarpe marrom e uma blusinha de oncinha, porque a gente gosta de ser sexy.

Bom, eu faço parte do TTT, Teto, Trampo e Tratamento, a gente atua na região da cracolândia. Permanecemos atuando na região da cracolândia, porque para aqueles que não sabem, a cracolândia não é uma rua, é uma comunidade. E como comunidade as pessoas não somem. Então, nós sim, temos esse contato com quem ainda está ali, nós atuamos, nós quando passamos com o nosso carrinho de redução de danos, as pessoas vêm até nós, nos conhecem, tenho encontrado vários, inclusive.

Nessa situação aí com a polícia, a gente pode falar aqui que eles espalharam de fato, está cada vez mais difícil o atendimento. Eu, como era uma advogada popular ali, que não atuo só com um projeto, atuo com as demais pessoas, não estou conseguindo passar as questões processuais. Muitos deles, por não terem consciência do que está acontecendo acabam tendo a sua liberdade questionada e não estão nem sabendo.

Então, o cerceamento de defesa é um absurdo, aqui nós também temos, informando aqui, um HC. Quem não sabe o que é um HC, é um Habeas Corpus para lidar com o fluxo, mas segundo o nosso Secretário Ortega, o HC não vale de nada, o que é uma pena, colega, já que é também advogado, deveria respeitar as decisões judiciais. Mas a polícia também não respeita, então, se eu não estivesse, por exemplo, com o HC no telefone, eles tinham rasgado.

É isso que está acontecendo, a gente não tem resposta de ofício, a gente não tem nada, mas a gente segue fazendo os tratamentos. Hoje, no projeto, estamos com quase 100% de pessoas já com documentação, inclusive, com a Certidão de Nascimento, que o Governo Federal fez o favor de acabar com a gente também, exigindo uma Certidão de Nascimento para fazer essa Carteira de Identidade Nacional. Se vocês não estão sabendo disso, eu não sei se vocês estão fazendo aqui, porque isso é assunto PopRua.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Aí, então, a gente conseguiu muito batendo nas reuniões, a gente conseguiu que fizessem lá um mutirão na Praça da Sé, quase 100% dos nossos beneficiários, hoje, estão com documento e CPF, estão quase todos também no POT, Programa de Operação Trabalho. Engraçado, segundo a Vereadora Janaina, ela acha que uma pessoa que faz uso de substância não tem que receber dinheiro. Falei para ela, o que você quer? Pedinte. Você quer que vire pedinte então, é sobre isso, porque é sobre isso, né, gente, todos aqui, todo mundo sabe como está a situação, ninguém está de chapéu, eu só estou de touca, mas de chapéu não.

Lembrando aqui que a maconha é redução de danos. Hoje, também atuamos no Projeto Com Maconha, através do óleo. Não falamos maconha medicinal, falamos maconha enquanto tratamento também, porque é importante, porque senão a gente "patologisa" sabe, e aí a gente acaba tendo esse complicado. Aí fica tipo usuário não é criminoso, aí é numa dessa dicotomia que a gente acaba tendo tantas tipificações de crimes, enfim. Somos todos criminosos ou ninguém é criminoso, ou todo mundo ajuda aí a gente a lidar com essa lei de drogas, porque essa lei aí está acabando com o pessoal lá.

Bom, eu acho que é isso. Todo o axé para nós e quero o fim da Polícia. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Valeu Lydia, é isso. Pessoal, agora, representando a Iniciativa Negra Por uma Nova Política Sobre Drogas, vou chamar o Alex Barcelos.

O SR. ALEX BARCELOS – Boa noite a todes, eu vou também fazer minha descrição, sou um homem branco, de barba, cabelos grisalhos, tenho uma corrente e estou vestindo uma blusa preta. Bom, obrigado pelo convite, obrigado, Vereadora Luana Alves, obrigado a todos e todes que estão aqui presentes, é uma pauta superimportante puxada pela Comissão de Saúde, mas o quanto que ela amplia - obrigado, Lydia – o debate.

Eu vim aqui falar de um outro lugar também superimportante que a gente tem observado, a Iniciativa Negra também compõe o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a gente tem acompanhado também um grande crescimento no investimento também da GCM, em São Paulo, que tem também uma oportunidade de virar uma polícia, conforme já foi feita a

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

tentativa nesta Casa, e também de um projeto do Executivo.

A gente quer alertar porque é o maior investimento que já se previu, são mais de 1 bilhão para a Secretaria de Segurança Urbana. E a gente sabe que dentro desse processo, grande parte desse recurso é para o projeto de equipamentos e tecnologias da Guarda Municipal, mas também no avanço pragmático da Smart Sampa. A gente sabe que grande parte desse dinheiro vai ser para a instalação da Smart Sampa.

Além disso, a gente sabe também o quanto vai ser investido na Operação Delegada. Vai ser ampliada como nunca foi antes visto, na cidade de São Paulo, nessa parceria junto ao Estado. Então, a gente tem uma grande fatia desse recurso orçamentário para ampliação e contratação da Polícia Militar para fazer as operações delegadas. E a gente está vendo o quanto que isso vem avançando dentro dos territórios, seja na craco, seja no Moinho, seja também no Largo Santa Cecília, seja embaixo do Minhocão, a gente está vendo um avanço. Aliás, hoje, a Prefeitura instalou 50 câmeras, que vão ficar ali no Complexo Viário do Minhocão, lembrando que esse custo mensal é de 9 milhões.

Então, é sempre importante a gente ver que está saindo recurso do serviço social, da saúde, de outras políticas públicas fundamentais para dentro da cidade de São Paulo, e sendo investido em outro lugar de tecnologia e militarização. Então, a gente vem aqui fazer essa denúncia, porque é superimportante para a gente colocar o quanto que vem avançando essa militarização e essa violência, seja na dispersão da craco, seja na violência que a gente vem observando.

Digo isso, porque até o ano passado, o Quilombo Periférico, do qual eu era Covereador, a gente fez cinco audiências públicas fundamentais falando sobre o racismo do algoritmo da Smart Sampa, que foi até, durante um período, suspensa a contratação do edital pelo TCM. E a gente, junto com uma articulação nacional, que também fala sobre algumas situações que vêm acontecendo no estado da Bahia e em outras capitais, referente a essa tecnologia que é racista. É comprovado que ela é racista.

Aliás, o Prefeito, para colocar, ele faz o prisômetro, né, que absurdo, a cidade de São

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Paulo tem um prisômetro, olha que absurdo o lugar que a gente está. Mas ele não mostra as pessoas que estão sendo encarceradas ou presas, ou que estão sendo violadas, a ter que ficar dez horas. E tem um caso de um companheiro na Cidade Tiradentes, um jardineiro periférico, que depois de ser identificado na Smart Sampa, ele teve que ficar dez horas aguardando análises para ser liberado. Olha que absurdo. Isso não aparece na propaganda da TV. E ele perdeu o emprego. Olha até onde que está indo a violência.

Então, eu só queria deixar essa denúncia sobre a gente ficar observando esse aumento do orçamento da violência, da militarização e dessa disputa que a gente sabe que é de higiene social mesmo, essa disputa de território na cidade de São Paulo.

Essa violência não é por acaso, esses territórios estão sendo violentados e as pessoas sendo expulsas para que se conte uma nova história. E a especulação imobiliária vai acabar ocupando esses lugares, reconstruindo uma história e apagando a memória da cidade de São Paulo: preta, pobre, periférica, cigana, indígena.

Não vamos deixar, continuaremos em luta. Por isso, no dia 14, todos mobilizados no vão do MASP na luta pela marcha da maconha. Estamos juntos.

Axé e Aláfia, para abrir os caminhos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Alex. É fundamental o que você falou do Smart Sampa, que está sendo uma forma de propaganda desse Prefeito.

Só um dado que diz muito sobre o Smart Sampa: 1/5 das prisões, 20%, é feito dentro do serviço de saúde, porque as câmeras das UBSs e das UPAs estão conectadas ao Smart Sampa; 20% são pessoas que estão procurando o SUS, que saem presas.

Houve um caso, inclusive, de uma gestante foi presa, que deu uma situação inclusive de confusão entre jurisdições de Tribunais de Justiça, porque de outro estado que tinha possivelmente o mandato em aberto. E o que não era, na verdade, virou um problema. Na verdade, não é problema, é feito para ter esse tipo de situação. Essa gestante saiu presa, de um pré-natal. Isso que é o Smart Sampa. Então, é muito grave. Obrigada, Alex, por ter trazido para a gente.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Tem a palavra o Sr. Falconi, que está representando o Serviço de Apoio Jurídico da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP.

O SR. FALCONI – Salve, salve, rapaziada, tudo bem? Meu nome é Falconi, estou representando o SAJU, que faz parte da Faculdade de Direito da USP, de uma extensão, de serviço de assessoria jurídica universitária. Também vou fazer minha audiodescrição: eu sou um homem branco, tenho uma estatura média, eu tenho um cabelo racheado, um projeto de bigode e barba, estou vestindo uma camisa listrada verticalmente vermelha e branca e, no meio dessa camisa, está escrito “Direito USP”.

Eu vou ser muito conciso na minha fala. Primeiro, eu queria agradecer o convite da Vereadora, muito obrigado. A gente começou a atuar na região da cracolândia junto com a Craco Resiste.

A gente está prestando esse serviço de assessoria. Quando a gente começou a atuar, o nosso principal objetivo era entrar na região do fluxo, conversar com as pessoas e participar de uma luta principalmente contra a violência policial, a violência que a GCM perpetrou com as pessoas, todos e todos os dias. Só que, durante a primeira semana que a gente foi, a gente descobriu que os coletivos estavam começando a ser barrados de entrar na região da cracolândia.

Depois disso, aconteceu todo o caos que foi do final de semana do dia 12, em que, do nada, em meio a uma das nossas visitas, a gente descobriu que a cracolândia amanheceu esvaziada e as pessoas sumiram. A assistente social que não estava conseguindo achar os seus assistidos, a gente estava numa situação completamente precária.

A gente está falando de uma situação que era muito grave antes, de pessoas que sofriam violência, que sofriam o que era chamado de rapa, pelo menos duas vezes ao dia, pela GCM, que envolvia bomba de gás lacrimogêneo, envolvia cassetete, envolvia todo tipo de violência possível, envolvia você negar a dignidade das pessoas de ter acesso à cultura. A gente tinha coletivos culturais que eram barrados. A gente tinha coletivos de direitos humanos, a gente tinha diversos coletivos de redução de danos de saúde que estavam sendo barrados.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Após os acontecimentos do dia 12, o SAJU começou a coletar, junto com a Craco Resiste, diversas denúncias. A gente começou a procurar saber com as pessoas que sobraram na região, as pessoas que ainda estavam lá, que estavam disponíveis e que poderiam falar para a gente o que estava acontecendo. E elas foram denunciando coisas cada vez mais absurdas, todo tipo de violência possível.

A gente está falando de gente que era agredida diariamente, que dormia no chão e era acordada com um bicuda nas costas. Então, o SAJU se utilizou desse meio de denúncias para a gente conseguir alguma resposta do aparato público, mas o aparato público não responde.

Não é só o SAJU, diversos coletivos que já oficiaram. A gente está falando do MP, do Ministério de Direitos Humanos, de diversas denúncias que foram levadas ao aparato público e não estão sendo respondidas, nada está acontecendo. Como que nada pode estar acontecendo? É a única possibilidade que a gente tem, a gente está recorrendo para todos os lugares possíveis, e a gente não consegue garantir o mínimo de dignidade para as pessoas que estão lá.

Tem gente que está sumida. Eu gosto, mas vai falar, mas tem mãe que está desesperada procurando o filho que estava na cracolândia e não estão achando. Isso é não só um desrespeito, é uma desumanidade que está acontecendo. E o SAJU tenta ajudar ou pelo menos participar dessa luta com a forma jurídica, mas a gente está começando a esgotar nossos recursos.

É esse tom de denúncia mesmo, esse tom de revolta que a gente traz aqui para ver se a gente consegue pelo menos alguma resposta, porque é só isso que a gente procura: uma resposta.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Falconi. Obrigada ao papel que a SAJU cumpre.

Pessoal, vou só avisar: as inscrições estão abertas para quem quiser falar. É só falar ali, com a Mesa. E a Ana Paula que está aqui na frente está dando a plaquinha do tempo.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Vou passar agora a palavra a Sra. Cecilia Galicio, Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas.

A SRA. CECILIA GALICIO – Boa noite a todes, todas e todos. Meu nome é Cecília Galicio, eu sou uma mulher branca, estou vestida de preto, tenho cabelos curtíssimos e uso óculos.

Em primeiro lugar, eu me sinto bastante feliz e confortável de estar aqui com tantos rostos de luta, com tantas pessoas conhecidas. A gente está vendo quase todo mundo aqui, até um pouquinho mais, mas não tanto quanto deveria, que é muito bonita a luta. Mas a gente não gostaria de estar lutando, a gente gostaria de estar gozando dos nossos direitos, minimamente, gozando dos direitos que nos são devidos.

Como esta audiência pertence à saúde, a gente vai falar um pouquinho sobre saúde. É muito importante a gente lembrar que a lei de drogas tem como objeto jurídico proteção à saúde pública.

Então, quando olho para essa perspectiva, como advogada e como representante da Rede Reforma, que tenho a contribuir sobre isso, é a gente pensar um pouquinho que, de fato, a lei de drogas é a matriz desse problema que a gente está vendo aqui. Ela é escudo para negar direitos e ela é arma para perpetrar a violência na mão desse Estado fascista.

Então, embora a gente tenha que ter uma atenção bastante especial às pessoas que nesse momento estão sendo vítimas de violência e vítimas de uma série de atrocidades, fora a fome que acontece todo dia e toda hora; a gente tem que pensar como a lei de drogas tem sido utilizada como desculpa para despesas multimilionárias e investimentos numa segurança cuja violência foi criada pelo próprio Estado, a partir da lei de drogas.

Isso que o Alex falou, dos nove milhões de reais, está em nome da lei de drogas. Tem uma série de coisas que estão em nome da lei de drogas e a gente não pode esquecer nunca, em nenhum momento, que a lei de drogas de 2006 é fruto de um Governo Lula. A gente não pode dissociar isso de nenhum lugar, porque só o que a gente está vendo, inclusive por parte do Governo Lula, é uma imensa perturbação da ordem, a partir de não conseguir

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

reconhecer seus próprios erros e solucioná-los.

Não é possível que a gente não tenha como dizer que a lei de drogas que poderia ser muito bem reformada, ou enfim, novamente construída nesse Governo, que tem tudo para fazer isso, inclusive um Conselho Nacional de Política de Drogas composto pela sociedade civil de novo.

A gente não pode admitir que uma lei, só uma lei, uma única lei, possa causar tudo isso que a gente está discutindo. E tudo o que a gente está falando aqui é sobre uma única lei que esse Governo não tem coragem de alterar. Temos, inclusive, em nome dessa lei acontecendo as consultas públicas para o novo Plano Nacional de Drogas.

É óbvio que ele está ancorado nessa lei de drogas, então é como se diariamente a gente fizesse uma série de esforços que vão sempre culminar na lei de drogas. E ninguém está falando de consertar, ninguém está falando de resolver esse problema, a gente só está falando de tentar minimizar esses impactos. E é muito bonito que a gente tente fazer isso, todo mundo está tentando fazer isso, mas não podemos nos esquecer de que essa é uma lei do Governo Lula que vai precisar ser revista por ele, que não pode perder a oportunidade de fazê-lo enquanto tem à disposição o Conad, o Conselho Nacional de Política contra as Drogas, representando a sociedade civil.

Na semana passada, estivemos em Teresina para a consulta pública do Planad sobre esse novo plano de drogas, e foi aprovada nessa consulta pública a criação do eixo Espiritualidade. A única coisa que eu quero comentar é que isso não tem nada a ver com redução de danos, é só uma mistura nefasta de Deus e dinheiro público, que o Governo inclusive está sendo conivente com tudo isso.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Cecilia. Muito bom.

Agora eu vou chamar para fazer o uso da palavra o Sr. Michael Dantas, Marcha da Maconha.

O SR. MICHAEL DANTAS – Boa noite a todes presentes. Parabenizo a Luana Alves

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

por esta audiência bem importante.

Como a camarada Cecilia lembrou, a Lei de Drogas nº 11.343, que veio em 2006 alterando uma lei anterior e reforçando a violência contra o usuário, na suposta defesa desse usuário, porque a tese defendida naquela época era de que muitos usuários são presos, então vamos evitar que os usuários sejam presos e vamos intensificar para traficantes. Mas, na prática, os usuários passaram a ser considerados traficantes.

A população carcerária aumentou mais de 200%, de 2006 para cá, e também foi o ano em que esse mesmo Governo Lula instituiu nos presídios federais, o que gerou maior *network* das lideranças criminosas, das facções, que hoje têm o poder que têm às nossas custas, às custas dos usuários.

Inclusive, muitos dos que permanecem no território da cracolândia, que por conta desse sistema de vigilância têm a sua liberdade de ceifada. E os que são condenados a pagar recursos pecuniários por conta de criminalização da lei de drogas, por não terem como pagar isso, são depois colocadas como pedidos, porque tem um mandado de prisão em nome dessas pessoas que não concluíram as garantias que o Estado determinou para que elas fizessem. Mas como essa pessoa vai comprovar endereço fixo, se ela não tem moradia?

O pessoal falou aqui do Pop Rua, tem um camarada que está ali que mora num equipamento público, e esses servidores, esses equipamentos, também sofrem violência diuturnamente, porque não tem insegurança para essas pessoas, não tem infraestrutura para isso. E a Marcha da Maconha, que nasceu em 2002 no Rio de Janeiro, que veio para São Paulo em 2008, vem com a perspectiva da autonomia, que é exatamente isso. Se a lei de drogas defende a saúde pública, o que eu faço do meu corpo para dentro diz respeito à minha pessoa, a minha individualidade.

É dentro dessa perspectiva que a Marcha da Maconha intersecciona várias outras lutas, porque a luta é pela autonomia do corpo, é a luta pela mulher que quer ou não ter um filho, é a luta pela pessoa LGBT que não quer ser sofrer violência por conta da sua orientação sexual, por conta das suas vestes; a luta pessoa negra que sofre essa violência, inclusive a violência de

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

não ter a moradia; porque, desde 1830, quando nós passamos a fazer a primeira criminalização da maconha, quando veio essa norma, falavam que as pessoas que vendiam pagavam multa, enquanto pessoas escravizadas e outros que eram pegos utilizando eram apenados em prisão de oito dias

Na prática, a gente vê hoje a lei de drogas numa mudança de perspectiva, porque a pessoa que estava na luta, nessa autonomia de falar "olha, meu corpo, minhas regras", que estava na Marcha da Maconha em 2008, em 2009, em 2010, em algum momento deixou de estar, como deixou de estar em várias outras Marchas da Maconha, porque boa parte dessa galera já se sente contemplada pela atual conjuntura.

O Ricardo Nemer, um dos membros fundadores da Rede Reforma, que instituiu a tese jurídica do salvo conduto, do *habeas corpus,* para garantir o acesso à saúde. Ou seja, usar da última seara do direito criminal para garantir o acesso à saúde através da maconha. E hoje a gente tem o fato social, que são várias associações, como é o caso da Cultiva, representada pela Cidinha e mais tantas outras pelo Brasil afora.

Esse é o fato social. Então, tem essa situação que está no STJ, por conta do IAC, com a manifestação da do Governo que, através dos seus mecanismos, inclusive com a Anvisa falando de um plano de regulação; mas na verdade eles já estão descumprindo uma decisão judicial, porque não era para dar o plano, era para eles instituírem.

Então, a gente precisa muito lutar, a gente precisa muito estar nas ruas, em todas as lutas. A nossa camiseta está ali, o clima está tenso. E é em razão desse clima estar tenso que a gente precisa intensificar ainda mais, mostrar que não está bom. A gente não quer mais ser criminalizado, a gente não quer mais ser torturado.

O que está acontecendo no território da cracolândia, a gente que passa e que convive ali com as pessoas que estão no território, sabe que houve uma ampliada violência absurda nos últimos dias. O camarada falou da bicuda na costela, mas na verdade o pessoal está dando no bicuda até na cara. É tiro, é mostrar a foto de pessoas assassinadas para falar: "Olha, você quer isso ou você quer ir para uma clínica?"

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

A audiência de custódia está sob ataque já há muito tempo, desde que foi instituída, mas hoje ela está sob um ataque redobrado. Inclusive a as defensorias públicas estão sofrendo ataques nesse sentido, tem gente aqui do Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas, de várias outras organizações, e a gente tem discutido isso, que a gente precisa de ações para defender a Defensoria pública, porque eles não estão conseguindo fazer seu trabalho de garantir a lei, contra o desrespeito, contra o crime, contra os direitos humanos que estão sendo cometidos no Município e no estado de São Paulo.

Obrigado, Luana. É um prazer. E até sábado, dia 14, no MASP, às 14h20.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Michael. Queria chamar para fazer o uso da palavra, que eu acho que é bem importante que fale agora, o Sr. César Ágaras, do Conselho Regional do Serviço Social – CRESS.

O SR. CÉSAR ÁGARAS – Boa noite a todas as pessoas. Obrigado a Mesa. Luana, parabéns pela iniciativa de a gente estar fazendo esta audiência, que é de extrema importância.

Eu sou César Ágaras, mais conhecido como Ágaras. Sou um homem branco, estou usando uma boina preta, uso óculos, uma barba grisalha, uma camisa polo cinza, estou aqui representando o Concelho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, o CRESS SP, um Conselho que representa uma categoria de aproximadamente 45 mil assistentes sociais dentro do estado de São Paulo.

Vou ler um texto, que eu acho que sintetiza todo um posicionamento do conjunto CFESS/CRESS, que é: o conjunto federal, os conjuntos regionais, que sintetizam um posicionamento, que representam aproximadamente 240 mil profissionais no Brasil.

“Excelentíssimos, senhores, senhoras, autoridades presentes, profissionais da saúde, do serviço social, sociedade civil e demais participantes:

É com compromisso ético e político que venho a esta audiência pública trazer uma contribuição ao debate sobre política de redução de danos voltada às pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas. Falo com base nos princípios defendidos pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelo Conselho Regional de Serviço Social, entidades que

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

historicamente se posicionam na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da dignidade das populações em situação de vulnerabilidade.

A redução de danos, para além de uma estratégia de saúde pública, é princípio ético e político que reconhece a autonomia dos sujeitos e a complexidade dos fenômenos sociais relacionados ao uso de substâncias. Não se trata de incentivar o uso, tampouco de negligenciar seus ricos, mas de oferecer cuidado, acolhimento e alternativas reais para minimizar danos físicos, psicológicos e sociais. O CFESS é claro ao afirmar: redução de danos é política de cuidado, não de repressão. E que fique bem nítido que esse é um posicionamento do conjunto.

A criminalização e o encarceramento de usuários de drogas têm se mostrado ineficazes e cruéis, atingindo de forma desproporcional a juventude negra e periférica. É fundamental superar o modelo punitivo e higienista que marginaliza ainda mais quem está à margem.

Nós, assistentes sociais e defensores da política pública com base em direitos, defendemos a implementação de políticas intersetoriais que articulam saúde, assistência social, educação, moradia e trabalho; a valorização dos centros de atenção psicossocial, CAPS AD, e dos consultórios na rua como espaços de cuidado em liberdade; o acesso a insumos de prevenção, como seringas descartáveis, preservativos; estratégias como salas de uso seguro, formação continuada dos profissionais com enfoque nos direitos humanos, antiproibicionismo e acolhimento sem julgamento; fortalecimento da participação social nos espaços de controle e formulação das políticas.

A redução de danos é uma política de resistência, frente ao conservadorismo moral, ao racismo institucional e à lógica manicomial. Ela propõe um olhar mais humano, mais justo e mais eficaz.

Encerrando, reforçamos que não há cuidado sem escuta, não há saúde sem liberdade, não há política pública efetiva sem o reconhecimento da dignidade de todas as pessoas, inclusive daquelas que fazem uso de droga. O compromisso com a redução de danos é, portanto, um compromisso com a vida.”

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Esse é um texto que sintetiza todo um posicionamento do conjunto CFESS/CRESS.

E aproveito o espaço para chamar a atenção de todas, todos e todes assistentes sociais que compõem a rede da assistência social, da saúde e das diversas outras políticas públicas da cidade de São Paulo, e convocá-los para a luta da classe trabalhadora, para a luta em defesa dos direitos humanos, em solidariedade às diversas pessoas que fazem esse enfrentamento e essa construção em diversos espaços, como Michel, Diva, Cecília, Alessandro, porque ocupamos, de alguma forma, os espaços do Conselho Municipal de Políticas sobre Droga, o Conselho Estadual de Política sobre Drogas. E este é um espaço fundamental para denunciarmos o tratoramento que estamos sofrendo nesses espaços, que está posicionando um projeto higienista muito claro, mas que insistem em perfumar no jeito de passar a mensagem. E nós estamos sendo combativos em todos os momentos em que estamos presentes, colocando-nos lado a lado da classe trabalhadora, que se encontra precarizada, com salário de fome, em ambiente sem estrutura de trabalho, que é algo que também contribui para toda essa desumanização que está acontecendo na rede do Estado de São Paulo.

O CRESS/SP se posiciona a favor da classe trabalhadora e junta-se à luta da política sobre drogas.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, companheiro.

É fundamental o posicionamento da Assistência, do CRESS, em especial. Seria muito importante que todos os conselhos seguissem o exemplo.

Eu vou priorizar as falas dos movimentos sociais e coletivos presentes à Mesa.

Eu percebi que eu não fiz a minha autodescrição. Peço desculpas.

Vou fazer de forma atrasada, porque é importante termos esse cuidado.

Eu sou uma mulher negra, uso tranças, estou com um casaco preto, com uma blusa listradinha azul e branca e estou usando brincos da cor prateada.

Eu vou passar a palavra para Verônica Verão, que representa o Coletivo Tem Sentimento e o Teatro de Contêiner.

A SRA. VERONIKA VERÃO – Boa noite a todos, a todas e a todes.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Venho representar o Coletivo Tem Sentimento, da qual sou coordenador, ao lado da fundadora Carmen Lopes, assistente social, e eu venho falar sobre a redução de danos, mas em ação, porque eu sou fruto da redução de danos.

Eu venho da exclusão do meu lar. Os danos já começaram quando fui expulsa da minha casa. Na rua, sobrou para mim a prostituição, a drogadição, e, mesmo assim, eu não compactuei com isso. Aprendi a criar vínculos familiares nas ruas; mas, ainda assim, acabei por muito tempo morando dentro da cracolândia.

Eu não estava dentro da cracolândia fumando maconha, cheirando pó, não, eu estava fumando era *crack* dentro da cracolândia. E fui usuária de crack. E por muito tempo eu vivi nesse mundo. Mas, graças ao universo, eu encontrei essa senhora, a Dona Carmen Lopes, que foi uma senhora que me acolheu. Eu fui expulsa, não tinha mãe, não tinha vínculos familiar. E ali começou um sentimento de família, um sentimento de acolhimento, de escuta.

A Dona Carmen Lopes trabalhava para o De Braços Abertos. Passando isso, ela começou o Coletivo Tem Sentimento nas ruas, saindo do trabalho do trabalho do De Braços Abertos. E começou com ações de autocuidado na rua – porque as pessoas doavam absorvente, mas não doavam uma calcinha. Ficava difícil. E a Dona Carmen foi lá, se sensibilizou. Fazia oficinas de costura para as meninas confeccionarem as suas próprias calcinhas, fazerem o autocuidado, a higiene. E assim começa o Coletivo Tem Sentimento, lá por 2014-15, nas ruas.

Em 2016, a Dona Carmen ocupa um espaço onde ela acolhe sete pessoas LGBTs racializadas. Nós éramos todas da rua mesmo. E íamos por causa da alimentação.

Vejam com é importante a alimentação na vida de uma pessoa. Íamos pela alimentação. E nisso começou o coletivo.

De repente, chega a pandemia, onde todo mundo se isola. E quem está na rua como faz para se isolar? A Dona Carmen não se isolou, ela aproveitou essa oportunidade, essa brecha quando tudo estava fechado, e pediu para ocupar esses espaços.

A Dona Carmen ocupou o Teatro de Contêiner, articulando a entrega de cestas básicas para a população das ocupações no centro. Ela conseguiu articular cinco restaurantes,

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

cada um entregando 100 marmitas. E nós entrávamos 500 marmitas diariamente, voluntariamente, de domingo a domingo. E ali o Coletivo Tem Sentimento começou a criar força. E com essas ações de cuidar do próximo já era uma redução de danos. Lá, começamos a receber pedido de máscaras para as pessoas que se encontravam de rua. E ali começava a geração de renda, que foi quando eu consegui sair das ruas.

Durante o tempo que eu estava na costura, eu não estava dentro da cracolândia usando *crack* – apesar de que eu fazia o dinheiro para usar *crack*. Mas, durante o tempo que eu estava na máquina, era o tempo que eu não estava no *crack*. Então, a redução de danos é lenta, mas é eficaz. Eu sou fruto dela. Hoje eu estou limpa.

Hoje, de acolhida, eu ajudo a acolher. Hoje, de tão cuidada que eu fui, eu ajudo a cuidar das pessoas. E o meu futuro, sim, é fazer uma faculdade de assistente social, porque eu já estou no meio. E o coletivo que começou com sete pessoas, hoje, atende mais de 75 pessoas, todas sendo remuneradas através da Operação Trabalho – POT. Até porque é muito importante o dinheiro para essas pessoas que querem mudar de vida. Não adianta ir lá e falar: “Ah, eu quero mudar, eu vou ficar só na redução”. Não, precisa ter a geração de renda, precisa ter alimentação para essa população, precisa ter moradia digna, precisa ter respeito e dignidade. É isso, gente.

Eu quero agradecer. Dizer à Dona Carmen que eu amo muito ela, porque ela transformou a minha vida. Também agradeço ao coletivo e a todos os parceiros que apoiam o Coletivo Tem Sentimento, Cultive, É de Lei. Todas essas pessoas que vão e se dedicam a conhecer, a dar a sua opinião, a fortalecer aquele espaço. Eu só tenho a agradecer a todes.

Muito obrigado por essa oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Veronika Verão.

É muito o emocionante o que você falou sobre o papel do Tem Sentimento.

Passo a palavra ao Osama, Marcel Segalla, da Craco Resiste, para que faça a sua intervenção.

O SR. MARCEL SEGALLA (OSAMA) – Boa noite a todas as pessoas.

Meu nome é Marcel, meu apelido é Osama, e sou integrante da Craco Resiste.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Peço licença para chegar aqui. E agradeço à Luana e a todo o mandato pelo espaço.

Eu sou um homem branco, hetero, cis, de cabelos e olhos castanhos. Eu trajo uma camiseta branca onde tem a estampa colorida do Festival da Resistência – Craco Cultural –, que é uma frente ampla, além da Craco Resiste, com inúmeros movimentos e coletivos que atuam na região da cracolândia, com a função de combater o que aqui já foi denunciado anteriormente por algumas pessoas.

A Craco Resiste é um movimento social, autônomo e horizontal, sem financiamento de nenhum tipo, público ou privado; e não fala em nome do fluxo. Então, eu não estou aqui falando em nome da cracolândia e nem da população em situação de rua. Eu acho que as pessoas precisam, inclusive, ser ouvidas.

É muito legal ter representantes, mas precisamos, de fato, de estar onde essas pessoas estão, porque é muito complicado passar por inúmeras barreiras.

Eu encontrei pessoas no fluxo. Cheguei às 11 da manhã. E estou, desde então, circulando pelo território. E as pessoas não querem vir por alguns motivos: “as denúncias não dão em nada”. Assim como Falconi anunciou, existe uma grande frustração de maneira generalizada no território da Luz quanto à denúncia e ao que isso se torna; e existem as barreiras, as violências que as pessoas vão sofrendo nesse trajeto de lá até aqui – tomar enquadro, não conseguir usar um banheiro, dificuldade parar para comprar uma água. E, chegando aqui, seria difícil entrar. Ainda que provavelmente haja algum caminho para fazer isso, é preciso um documento com foto para entrar na Casa. Não sei se todo mundo é visitante, mas quem é visitante tem que passar por esse processo. E tem muita gente que teve o documento rasgado pela GCM, pela polícia, nos últimos períodos.

Então, a minha função não é falar em nome dessas pessoas, porque elas deveriam estar aqui – e precisamos fazer por onde; e precisamos estar lá também. Não adianta estarmos aqui e nem dentro dos nossos locais exclusivamente de trabalho ou de atuação, precisamos ir para a rua, andar na rua mesmo, gastar sola, porque é nesse contexto que vamos conseguir estabelecer vínculo – um preceito fundamental da redução de danos.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Ao longo da história da Craco Resiste, fundada em 2016, nós construímos cinco pilares pelos quais nós entendemos que a craco resiste, a despeito de tudo que é feito.

O nome Craco Resiste não é porque defendemos que as pessoas permaneçam em condição de miséria; não, é que ela vai resistir, independentemente do que for feito, se cinco pontos iniciais não forem tocados – moradia; legalização de todas as drogas; saúde mental antimanicomial; fim das grades, do encarceramento em massa; e o lazer, com espaço para fruição de uma alimentação adequada do seu povo, da sua região. Tudo isso tem que ser feito antes de que consigamos avançar para qualquer solução como essas que são verbalizadas por inúmeros prefeitos que passam por esta cidade.

Todo mundo gosta de dizer quer a craco acabou. Agora, eles mudaram: não falam que a craco acabou, falam que é um sumiço. E esse sumiço não é por acaso. E de fato eles têm razão: acontece mesmo um sumiço, inclusive de pessoas, com sequestros. E temos construído um arcabouço imenso de denúncias, que já mandamos para o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, como Falconi anunciou; mandamos para inúmeras ouvidorias, para tudo que é lugar que se possa imaginar. E, de fato, as pessoas estão dizendo a verdade para a gente: “não dá em nada”. Vivemos isso.

Inauguramos um momento, como a Luana disse no início, de estabelecer novas metas inéditas. Precisamos nos organizar e ir para a rua, nós por nós mesmos. Precisamos estar lado a lado. E precisamos localizar essas pessoas, encontrar onde elas estão, saber o que aconteceu, para onde elas foram. Pressionar o MP para que tenhamos as câmeras do Smart Sampa, as câmeras corporais. Tudo isso foi registrado. Por que não conseguimos ver a violência que aconteceu do dia 10 a dia 14 de maio? Por que não podemos ter acesso a isso? É necessário para entendermos o que aconteceu, ver esses sequestros ao vivo.

Recebemos denúncias de vans, caminhões e kombis sendo utilizadas. Recebemos confirmação de motoristas, inclusive, que operam na região. Recebemos, inclusive, pelo contato com um pastor.

Ao longo dos últimos anos, tem a prática cotidiana do tolhimento dos bens das

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

pessoas – o que eu exemplifiquei com rasgar um documento. As pessoas são roubadas. A GCM tira o dinheiro das pessoas. São pessoas que trabalham lá e que são tolhidas dos seus bens, e, inclusive, de dinheiro.

Há privação de direitos fundamentais, como Rildo falou no início: direito de ir e vir, e permanecer não existe, o que existe é uma tortura a céu aberto. As pessoas são obrigadas a se deslocar. É uma dispersão forçada e constante. É tanto que nesse período que eu fiquei no território, das 11 até as cinco, vamos encontrando as pessoas pelo trajeto. Elas estão andando. Se elas param, elas são tocadas como animais pela GCM. E se filmamos, somos atacados também.

Os lojistas que conhecemos estão sendo também atacados. Os lojistas que denunciam estão sendo ameaçados.

Hoje, eu passei no Ceará, ele falou: “Cara, esse negócio de ouvidoria não vai dar em nada. Esse negócio não anda. Eu estou sendo ameaçado todo dia. Todo dia, desde que eu denunciei com as câmeras do meu estabelecimento, eu estou sendo todo dia visitado pela PM e pela GCM, dizendo que vão fechar o mesmo estabelecimento”.

Na semana passada, acompanhamos o despejo forçado de quatro estabelecimentos na Barão de Piracicaba, com soldamento de porta, instalação de blocos de concreto. E um monte de famílias sendo colocadas para fora.

Lógico, sabemos a cor, sabemos que são mulheres que são as responsáveis por essas famílias. Sabemos de tudo isso. Isso está dado. E sabemos que é causado, em grande medida, pela especulação imobiliária, por esse projeto astronômico, megalomaníaco, como a Sâmia disse, do Governador. Todos esses deslocamentos e toda essa frustração. Não dá em nada. Podemos fazer o que for que não dá em nada. Apanhamos todo dia. Não temos direito nenhum. É um estado de sítio, com tortura a céu aberto, há meses, há anos.

Essa noite vai fazer dez graus. Essas pessoas vão estar nas mesmas calçadas, nas mesmas ruas, apanhando. Já devem estar apanhando, nesse frio, enquanto estamos aqui.

Ou nos auto-organizamos, ou começamos a fazer alguma coisa, ou não sei onde vai

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

dar, honestamente. É um extermínio o que está acontecendo. E temos uma tarefa, que é mudar o estado das coisas. Precisamos fazer mais e melhor. Não é possível.

É claro que é uma ofensiva muito agressiva que ataca em várias frentes, como no Moinho e como em outras regiões. Inclusive, temos relatos de ataques na Sul, na Leste, em Guarulhos também. E eu acho que é o momento de nos defendermos. É autodefesa mesmo. Precisamos pensar um pouco nisso.

Seguimos, lógico, pressionando o MP, para que tenhamos acesso a dados que deveriam ser públicos. E aí construir um enfrentamento dentro do que é possível. Mas acho que é um tempo muito violento. E é um tempo que se não estivermos de fato na rua com as pessoas, não faz sentido; nunca vamos atingir o objetivo, que é fazer com que a GCM pare de bater nas pessoas. Para mim, esse é o objetivo prioritário.

Começa daí; a gente falar de redução de danos, a gente precisa de moradia, a gente precisa de vínculo, precisa de acolhimento, precisa de equipe, precisa de formação e tudo isso só vai ser possível se a gente se auto-organizar enquanto movimento; a redução de danos é fundada com Junkiebond na Holanda que são pessoas que vão se auto organizando e combatendo políticas desse tipo: políticas racistas, políticas de perseguição de grupos sociais específicos.

Acho que a gente precisa pensar isso para essa região aqui da craco e acho – por que não? - de toda a cidade de São Paulo porque essas pessoas agora estão espalhadas graças a essa patifaria do Prefeito e do Governador.

É isso. Desculpem-me eu me exceder. (Palmas)

Dia 11, amanhã, tem o Despejo Zero, um ato importante na Praça da República, às 2 da tarde, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Boa, pesado.

Obrigada, Marcelo.

Agora eu vou passar para a Cidinha, do Cultive. Está contigo, minha querida.

A SRA. CIDINHA CARVALHO - Boa noite. (Palmas)

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Primeiro eu quero agradecer a Luana, Vereadora Luana, pelo convite. Parabéns pela iniciativa de um tema tão importante, e eu me sinto honrado em estar numa mesa de pessoas, de tantos companheiros de luta e que u tenho muita admiração.

Eu sou uma mulher branca, com cabelos castanhos escuros, abaixo do ombro. Estou com uma blusa preta de gola alta.

Bom, eu vou falar com um olhar como mãe, como associação, como ativista na parte do uso terapêutico também.

Bem, eu sou mãe da Claria, sou da Cultive, presido a Cultive. A Cultive já tem 9 anos, vai fazer 9 anos e, também, faço parte do grupo de trabalho da *cannabis* pelo SUS.

O que eu vou dizer, não é uma tarefa fácil, é uma tarefa bem difícil. Nós estamos aí numa véspera de uma regulamentação, saiu uma regulamentação que a gente já tem certeza que o autocultivo não estará incluso, enquanto não houver autocultivo, não teremos uma regulamentação inclusiva.

Nessas regulamentações, o que nós estamos vendo é que, realmente, o país, ele está indo na contramão do cuidado, da dignidade, de Direitos Humanos, porque todas as regulamentações que estão vindo, elas estão sendo feitas, justamente, para quem já é privilegiado, estamos aí numa é numa colonização da maconha no Brasil, porque é um terreno fértil em todos os sentidos já com as os gringos vindo e já esperando só para virar a chavinha para setembro, para o que vai vir e, provavelmente, será direcionado para eles, não é?

Então, enquanto nós estamos lutando para isso, nós além disso, me perguntaram, inclusive, no evento em que estive junto com a com a Lídia, como é que está, qual seria o modelo ideal para o SUS? Todos receberem a *cannabis* pelo SUS.

Bom, quanto a São Paulo, o estado de São Paulo, que foram elencadas somente 3 patologias - o que foi absurdo - que ao invés de elencar, por exemplo, quer elencar só uma? Então, elenca epilepsia refratária, mas, não. Somente 3 síndromes que são epilepsia. Ao invés de colocar que estão embaixo do guarda-chuva da epilepsia refratária, mas, não. Somente 3 que até hoje já não chega a 400 pessoas, pacientes que que estão recebendo o óleo pelo SUS. Isso

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

no estado de São Paulo. O que é um absurdo porque o estado de São Paulo é enorme.

E tivemos a surpresa de que o município já está é fornecendo o óleo pelo SUS. E, pelo que eu soube aí pegou não só nós de surpresa, mas, pelo jeito, pegou também os próprios agentes de saúde do município que parece que eles estão perdidos. Não sabem nem o que fazer, até mesmo em questão de óleo, já quase vencido. Então, alguma coisa aí tem. Alguma coisa errada aí tem. Então, é algo que, realmente, tem que olhar, virar os olhos para isso. O que que está acontecendo?

Então, não é só isso. Não é só ter o acesso, não é só o paciente ter acesso. Não adianta o paciente ter o acesso pelo SUS e não serem tratadas as raízes sistêmicas do problema, porque nós não podemos já, em 2025, onde o mundo já respira maconha, já usa maconha, nas esquinas, você já consegue comprar maconha, você ainda aceitar uma abordagem policial com violência só por ser portador.

A lei de 40g funciona na teoria, mas não está assim porque até mesmo quem tem o HC ainda continua sendo preso, ainda continua tendo a casa invadida. Então, a gente tem que mudar a abordagem policial. A gente tem que mudar, tem que fazer uma reeducação com todos os agentes comunitários, todos os agentes de saúde, todos os agentes de segurança, todos envolvidos não só com a maconha, mas em questão de todas as drogas.

Nós precisamos que seja uma abordagem com respeito, e, sim, tratar a droga como como fator de saúde, não como policial. Isso a gente já vem falando desde 2014 isso.

Nossa, já passou tão rápido, eu nem cheguei no tanto que eu tenho que falar.

E, com isso, até falam, não é: “vocês mães que abriram o caminho, que vocês, mães, começaram tudo isso. Não fomos nós, mães, que começamos tudo isso”. Quem começou tudo isso foram os cultivadores, que não deixaram cair o tema, as pessoas que começaram a marcha da maconha, que ó, olha aqui ó. O Professor Henrique foi pioneiro na marcha da maconha. Ele enfrentou a violência, quando? Em 86, que tinha que falar uma pamonha, não é? Então, assim, não fomos nós, mães. Nós, mães, só tivemos a visibilidade pela condição do sofrimento dos nossos filhos, mas, mesmo assim, os cultivadores continuaram sendo e continuam sendo

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

ignorados, enquanto a indústria lucra, enquanto as associações estão lucrando e muito, as pessoas continuam sendo presas pelo mesmo motivo que a indústria está lucrando, que é vender. Então, é algo que está muito, muito... os valores estão completamente invertidos, então, não tem como a gente aceitar algo acontecendo que as pessoas estão lucrando, enquanto o outro está sendo morto, está sendo encarcerado, porque a única política pública que funciona para o pobre nesse país é o encarceramento. É encarceramento pela cor e pelo CEP como produtividade, não é? Como uma limpeza.

Então, é isso que nós temos que mudar. Nós precisamos de uma regulamentação que ela seja seguida pelas diretrizes de Direitos Humanos, pensando no bem-estar coletivo e individual de cada um, não somente como questão de acesso a óleo, mas uma questão de acesso à liberdade de cada um, à liberdade de você poder usar o que você quiser no seu corpo, a partir do momento que você não faz mal a ninguém, ninguém pode ter o direito, porque o ato de cultivar também... não existe vítima, onde está o crime?

Então, passou do tempo de a gente poder mudar o foco de uma regulamentação e, infelizmente, a luta ainda é grande.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Cidinha.

É fundamental o que você falou da coisa do uso do óleo. Vamos fazer o requerimento de informação para entender o que que está acontecendo exatamente.

Passando aqui, gente, para as companheiras, seguindo é. Vou passar aqui para a querida Diva Sativa fazer também sua fala.

A SRA. DIVA SATIVA - Com licença para chegar aqui. Bom dia para todo mundo. Muito obrigada por estarem aqui, emprestarem o ouvido de vocês para a gente. Queria agradecer o mandato aqui da Luana Alves e ao Michel pelo convite.

Sempre que eu venho aqui, sempre que eu colo assim com o poder público, ao contrário da Tessi, que disse que estava se sentindo bem à vontade, eu me sinto muito indignada, como cidadã, de ter que continuar vindo aqui, entendeu? Eu sinto que, como o parceiro estava

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

falando ali, de ver que as coisas não andam para a frente, mas estamos aqui, não é? Mais uma vez na Casa do Povo. Estamos aí. Eu espero que seja uma noite proveitosa, não é?

Eu vou falar um pouquinho da parte de redução de danos como pessoa usuária, inclusive, eu já peço licença para me dedicar também e fiquei pensando o que que a gente poderia falar para acrescentar nessa discussão, e a primeira coisa, já emendando na fala da parceira, que é a Cidinha, a gente está aqui fazendo uma discussão sobre política de redução de danos, enquanto existe uma lei de *cannabis* medicinal no SUS, então, como a Cidinha fala, isso já demonstra uma divisão. Já quebra já um dos primeiros princípios que diz que todo mundo tem que ser tratado como como igualdade, parça, e a maconha não é medicinal só quando a gente tem uma receita para buscar um óleo, entendeu? Ela é medicinal quando a gente é humilhada no transporte público, e, aí, a gente chega em casa e, para não matar um, a gente fuma um baseado, sabe? Porque eu não sei se os Vereadores desta Casa sabem, mas todo mundo aqui passa nervoso todo dia com transporte público, parça, então, é por isso que a gente tem que fumar, está ligado? E, chega aqui, saber que há essa divisão assim. É muito revoltante, não é?

Enfim, mas assim, a gente vê aqui na cidade uma proposta do governo municipal que, realmente, é de implementar um silenciamento. Acho que, como o Adrias falou, tem o Conselho Municipal de Política de Drogas, e a gente vê que há esse aparelhamento ali dentro. Há uma escolha do Executivo municipal em não deixar a sociedade civil participar, em não é priorizar as discussões que, de fato, vão trazer alguma qualidade de vida para quem precisa de cuidado na cidade.

Então, a gente vem aqui também denunciar isso e pedir a ajuda das Vereadoras aqui desta Casa que são antiproibicionistas, para colarem ali também, não é? Porque, se a gente quer fazer uma política pública saudável sobre drogas é bom também conhecer, fortalecer as coisas que já estão rolando. E, ali dentro, tem havido, no último período, pela parte do governo municipal, violações, e o que a gente chama lá na quebrada: sabe quando alguém “está tirando com a sua cara”? É isso que eles estão fazendo lá dentro daquele Conselho. Então, a gente vem

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

pedir a vocês que estão aqui que são interessados numa nova política de drogas que colem lá com a gente para saber, para fortalecer a voz do antiproibicionismo dentro desse governo.

A gente também vem dizer que, fazendo coro mais uma vez aos colegas, não é, existe uma política que promove o estado de sítio, o estado de censura e o estado de tortura aqui na cidade, sabe?

Então, a gente é impedido, a todo momento, de ir, vir e permanecer. A gente é impedido de usar o nosso tratamento, de fazer as nossas escolhas, a gente é impedido... A gente não tem banheiro público, parça, na região da Craco, a gente impedido de lavar as nossas mãos. A gente é impedido de não pegar doenças porque não tem saneamento básico ali dentro.

Então não dá para a gente fazer uma discussão séria, se a gente não estiver ligado nisso. Há hipocrisia também dessas escolhas porque nenhuma delas diminuiu o surgimento de novas drogas, o próprio crack, o próprio *cannabis* são produtos desse estado de proibição que a gente vive. Então, se fala muito que não se regulam as drogas, porque promove corrupção, tem muito dinheiro envolvido, propaganda sem regulação e promoção de vício, mas as bets estão aí sendo promovidas a torto e a direito. A gente também acha que precisa de regulações, assim como no caso da maconha e das outras drogas.

Agora a gente poderia discutir um panorama que possa dar uma outra situação, porque continuar surgindo substância, continuar violando direito, continuar roubando e matando a gente só vai gerar mais revolta, mais caos e mais pobreza.

Acho que, para ir finalizando, a gente vem dizer como usuária que há uma crise na cidade de São Paulo. A gente tem percebido que as políticas sobre drogas que têm sido feitas na cidade não aumentaram a percepção de segurança, mas, ao mesmo tempo, como o Alex falou, aumentou o contingente policial. A cidade de São Paulo não se abre. Poderia ter um programa mais arrojado, mais moderno e baseado em Direitos Humanos, um projeto que preveja saúde, qualidade no acesso à substância, o cuidado, uma cidade que cuide de quem precisa e, também, de quem cuida.

A Cidinha falou sobre o Projeto de Lei de *cannabis* no SUS. Parceiro, por que é que

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

não está plantando aqui e gerando renda dentro da cidade? Os nossos jovens... a gente precisa de maconha medicinal, mas a gente também precisa de saneamento, de lazer. A gente precisa reparar quem sofreu na guerra às drogas. Não dá para legalizar a *cannabis* medicinal agora e fingir que a *cannabis* começou em 2015. Existem muitas coisas, parça, e a gente precisa e vai lutar para estar nessa nova regulação.

Nós somos diversos setores da sociedade mobilizados para a promoção de bem-estar. E a gente vem aqui cobrar do Poder Público que faça escolhas para um futuro menos pior, o que não é difícil, porque uma dessas escolhas ela é canalha, e a outra, promove o conhecimento.

Fechando de verdade, agora, Vereadora Luana, e agradecendo a oportunidade, descriminalizaram a maconha vai fazer um ano, dia 24, se eu não me engano, mas cadê as ações do governo e desta Casa que demonstrem harmonia com essa decisão? Cadê a reparação? Cadê os Direitos Humanos fundamentais preservados? Faz 1 ano que descriminalizou, e a gente está numa audiência aqui para tratar da redução de danos, cadê os Vereadores desta Casa que são pagos com os nossos impostos? Eles não estão aqui. Isso demonstra o verdadeiro interesse deles na nossa vida. Não é o de cuidar da gente.

Faz 1 ano que descriminalizou, e a gente está aqui tendo que falar, novamente, sobre o porquê é que a redução de danos é importante. A gente vai continuar defendendo, independente da posição de vocês. A gente veio aqui para dizer que a gente está aqui dentro da Câmara hoje, mas a gente também vai estar nas ruas no sábado, denunciando que toda essa patifaria a gente está de olho. E para dizer, também, que do lado da ponte para cá, onde a gente mora, o clima está tenso, e a gente gostaria que vocês se ligassem nisso, porque a gente está cansado, parça, de ter que falar de guerra às drogas. A gente está cansado de ter que falar de falta de direito e de miséria. Então, o clima está tenso de verdade. Então, a gente gostaria muito que vocês colassem mais junto com usuários para saber porque se querem fazer uma política, vão ter que colocar a gente no meio. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Valeu, Diva. Obrigada.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Agora é a Ananda, do É de Lei.

A SRA. ANANDA VIEIRA PORTARO – Oi, pessoal, boa noite. Agradeço o convite para compor essa mesa.

Meu nome é Ananda. Eu sou uma mulher branca, tenho cabelo liso, longo, raspado dos lados, estou vestindo um moletom vermelho do É de Lei.

Eu queria falar um pouco hoje sobre um dos projetos do É de Lei, que é o Fórum da Rede Centro e das discussões que a gente tem nesse fórum. Esse fórum tem o objetivo de falar sobre o território do centro da cidade com trabalhadores, sociedade civil, com pessoas em situação de rua e com pessoas que usam álcool e outras drogas. Então, acho que esse é um ponto importante, porque o fórum preza pela participação das pessoas que usam álcool e outras drogas ou que estão em situação de rua.

A gente decide, a cada momento, a cada mês ou ano o tema que a gente vai trabalhar mais a fundo. No ano de 2024, a gente falou bastante sobre as institucionalizações em comunidades terapêuticas, porque não dá nem para chamar de internação. Têm as internações involuntárias são uma coisa, mas tem essas institucionalizações em lugares que, muitas vezes, não têm nem profissionais de saúde.

Então, a gente falou desse movimento que estava acontecendo a partir de equipamentos do centro da cidade e distribuiu um formulário, via trabalhadores nos serviços e tal para tentar entender as experiências dessas pessoas que passaram por esse tipo de situação.

A gente recebeu algumas denúncias, mas, de uma maneira um tanto inesperada, alguns dos formulários tinham elogios às internações, mas elogiavam por quê? Porque, na institucionalização na comunidade terapêutica, tinha teto, tinha comida, tinha um espaço para descansar do uso da substância.

Então, isso deixa muito nítido o quanto que as internações, as institucionalizações não respondem exatamente ao uso da droga, mas há outros fatores. Porque colocar o uso da droga no centro do debate é justamente o que faz a narrativa proibicionista, que tira de vista o contexto no qual as pessoas estão, um contexto de vulnerabilização, e essas marcas específicas

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

de raça, de classe, de gênero que também essas pessoas têm.

E quando a pessoa sai da comunidade terapêutica, a gente sabe que ela volta para o contexto no qual ela estava e que isso não resolve o problema, inclusive faz com que ela se culpabilize pelo próprio uso, como se fosse incapaz de parar de usar a droga e não como uma coisa que está faltando direito para essa pessoa.

Então o cuidado em relação a álcool e outras drogas tem que ser intersetorial. A gente tem que falar de moradia, a gente tem que falar de acessibilidade geográfica aos serviços, inclusive o Centro de São Paulo está sendo uma grande questão, porque a gente está falando de vários serviços que estão sendo minados, tanto serviços quanto coletivos e movimentos que estão sendo impedidos de atuar no território. Como essa pessoa vai ter acessibilidade geográfica aos serviços, não é? O CAPS AD III do Hub fechou, o Hospital Bela Vista fechou, a Casa Franciscana fecha por uns dias, volta e agora fica tendo conflito com a GCM.

Enfim, todos estão falando aqui das suas dificuldades, também. Essa acessibilidade geográfica aos serviços fica difícil, por isso a gente tem que pensar nisso. A baixa exigência nesse acesso aos serviços, enfim, todos esses impedimentos, a gente sabe que estão respondendo a uma política higienista que pretende embranquecer o Centro de São Paulo, para que possa virar tranquilamente a nova sede do Governo Estadual, e finge que o problema está resolvido, finge que as pessoas que usam *crack* não o usam mais, não estão mais à vista, a cracolândia acabou, resolveu, enfim.

E friso que no Fórum da Rede Centro participam pessoas em situação de rua, e a gente escuta as demandas dessas pessoas, o que que elas querem falar. E tem surgido muito o tema da moradia. E reitero o convite para o ato que terá amanhã, Despejo Zero, às 14h, na Praça da República.

A gente está numa cidade que tem mais ou menos 90 mil pessoas em situação de rua, segundo o Observatório da UFMG e não tem políticas efetivas de acesso à moradia - eu acho que eu estou no último minuto já -, mas o 156, o gov.br, as centrais de vagas e até mesmo o CadÚnico, têm sido citados como excludentes em vez de vias de acesso a direitos, porque eles

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

não funcionam. E quando uma pessoa consegue acessar, seja um CTA, seja um hotel social ou quando ela recebe um auxílio aluguel, tudo isso também tem inúmeros problemas que dificultam a permanência da pessoa nesses lugares. Não tem suporte para as pessoas que usam álcool e outras drogas numa Vila Reencontro, por exemplo, não tem hotel social para as mulheres também.

Enfim, eu só estou trazendo aqui o que o Fórum tem trazido. E não tem vaga, não tem vaga de acordo com as demandas de cada território, enfim. Eu acho que esse tema tem sido importante, é o que tenho escutado, por isso resolvi trazer também.

E é isso, gente. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Ananda, muito bom.

Pessoal, agora eu vou passar para o professor Henrique Carneiro. Professor, por favor, a palavra está contigo.

O SR. HENRIQUE CARNEIRO - Boa noite, pessoal. É um prazer estar aqui. Agradeço muito à Luana pelo convite, parabenizo pela iniciativa. Eu acho que nessa semana que antecede à Marcha é muito importante a gente fazer esse debate e, como já foi ressaltado, a Cidinha até lembrou que em 86 eu fui preso, quando a gente fez uma grande manifestação, que foi talvez a primeira para colocar a questão da legalização da maconha nas ruas.

A gente pode dizer que à luz, digamos, dessa longa duração de quatro, quase cinco décadas em que eu estou nessa luta, que a gente está avançando. Eu acho que a gente está vencendo essa causa. A 30-40 anos atrás, o nível do estigma da proibição era muito maior. Hoje mudou o paradigma mundial. Os países centrais já legalizaram. Hoje você vai a Nova Iorque, vai a Los Angeles, qualquer adulto compra maconha, em uma lojinha que está regulamentada, pagando imposto. No caso do Canadá, desde 2018, sete anos de legalização plena, inclusive com o monopólio do estado, que tem as lojas que distribuem a maconha, assim como tem em relação ao álcool.

Então podemos dizer que estamos avançando, mas o Brasil infelizmente é um dos lugares onde a gente avançou menos. Por quê? O que eu vou dizer é meio óbvio para vocês

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

todos, mas por que que as drogas são proibidas? Eu diria que há várias razões, mas tem duas principais. A primeira delas é porque dá lucro, aumenta o lucro enormemente dos que estão fazendo o comércio, e não são os pobres varejistas dos bairros pobres. É gente ligada ao grande capital, donos de avião, de helicópteros, que têm uma renda enorme em torno disso.

O Brasil é o segundo mercado de maconha do Ocidente. O Brasil, depois dos Estados Unidos, é o lugar onde mais tem consumo e venda de maconha. É claro que, se for legalizado, vai surgir uma indústria legal, como já está surgindo, com bilhões de dólares nas bolsas de valores etc., mas o setor do tráfico clandestino no Brasil não quer a legalização. Mas há outro motivo. O segundo motivo é a técnica da coerção, é aquilo que chamam em inglês de *statecraft*, quer dizer, é a técnica do Governo. Criar a proibição justifica a intervenção policial no âmbito quotidiano, íntimo, privado, doméstico, de toda a cidadania. Foi assim na Lei Seca nos Estados Unidos, 13 anos de proibição do álcool. Isso serve para a polícia tornar qualquer pessoa normal, pai de família, trabalhador etc., em um criminoso potencial. São milhões, nós somos milhões, é impossível que a gente seja todos levados à cadeia, mas mantém-se uma intimidação permanente.

Então eu acho que o caminho está apontado, a Marcha do sábado é a concretização de uma longa jornada de manifestações que a gente vem fazendo, há anos, e que é o caminho para a gente realmente conscientizar a opinião pública e fazer com que os maiores interessados, que são os consumidores, entendam que eles precisam se mobilizar. Se algum dia todos os maconheiros de São Paulo fossem à Marcha, a gente ia ter milhões. É claro que há medo, há pessoas que são comodistas, há os que estão, enfim, consumindo sem problemas.

E por último, queria concluir apontando um aspeto que a Cecilia mencionou e que eu acho que é fundamental ser ressaltado. Hoje aqui é uma Vereadora do PSOL que está fazendo essa iniciativa. Infelizmente, não é toda a Esquerda que está nessa luta. (Palmas) O PT tem a responsabilidade, sendo o atual Governo, de não ter alterado a legislação que eles mesmos aprovaram. E digo mais, pior ainda, no dia anterior à Marcha, no dia 13, vai ser realizado um evento em Brasília com a Michelle Bolsonaro, o Ronaldo Laranjeiras e aquele viciado profissional

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

que é o Rafael Ilha, um sujeito que já sequestrou gente etc. e que ganha dinheiro hoje fazendo o proibicionismo. Vão todos se reunir num evento chamado Para a vida, sem drogas! Detalhe, eles vão fazer isso sob o patrocínio do Ministério do Desenvolvimento e da Assistência Social, que é hoje do Sr. Wellington Dias, ex-Governador do Piauí, ligado ao conservadorismo evangélico, cuja mulher fazia rodas de oração com toda a Direita bolsonarista no Congresso.

Então nós temos que fazer um apelo para que os setores hoje, que são progressistas na sociedade brasileira, tomem consciência de que é preciso mudar essa realidade, porque mesmo os países como os Estados Unidos já estão mudando e é uma questão de soberania nacional, porque a maconha não é só o uso farmacêutico. É um uso industrial, é uma questão de a gente dominar uma cadeia de produção de uma planta que é central na economia, na ciência e na vida quotidiana da nossa sociedade contemporânea.

Então, parabéns, Luana. Eu espero reencontrar todos vocês no sábado, na Marcha. E é com as marchas e com eventos como este que a gente vai mudar a situação. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, professor Henrique. Antes de passar para o Michel, gente, eu queria só apontar um pouco sobre a situação que a gente está vivendo. Depois que teve a decisão em relação aos 40g. Teve uma pesquisa da Secretaria Nacional de Drogas mostrando que um pouco menos de 30%, mais de 20%, se eu não estiver enganada no número, ou seja, uma porcentagem enorme da população carcerária no Brasil não deveria estar mais presa, porque caiu o crime que elas cometeram. Crime, não é?

Eu queria só reforçar isso e pedir a todos que nos ajudem a pressionar para que a gente consiga passar esse projeto de lei da anistia. Isso não é nem uma coisa assim muito revolucionária. A regra está feita, é só você passar para os casos em retroativo. É algo muito simples e eu acho que, depois dos encaminhamentos, a gente vai debater isso com calma. Mas nós temos que pressionar as Defensorias para, caso não seja feito de uma lei nacional, que é o caso do PL, que seja a partir dos defensores, caso a caso, pressão sobre cada tribunal brasileiro.

Vou passar para o Michel. Pode falar.

O SR. MICHEL DE CASTRO MARQUES - Obrigado, Luana. Também quero

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

parabenizar você pela iniciativa de fazer esta audiência e trazer essa discussão importante neste momento. Acho que todas as pessoas que estão aqui presentes acompanham o território, a cena de uso, a cracolândia, outras cenas de uso, outros territórios, de longa data, não é? E é fundamental que a gente entenda como que isso está acontecendo, e a gente sabe como isso está acontecendo, tantos depoimentos.

E hoje estar aqui representando o Conselho Municipal de Política de Drogas é um desafio muito grande. E eu vou dizer o porquê? Porque desde que esse Conselho funciona, a gente passa por momentos diferentes na política de drogas no município. Já teve organizações da sociedade civil sendo excluídas do Conselho, como é o caso do É de lei, da ABRAMD, da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, que eu represento, do Instituto Sedes. Enfim, organizações que são muito importantes para a política de drogas e que constroem a política de drogas no âmbito municipal e nacional foram excluídas, em 2020, do Conselho. Agora, há pouco tempo, a Plataforma Brasileira de Política de Drogas e a ABRAMD foram reconvidadas a participar do Conselho e a partir disso, a gente passa a ter um grande problema, que é a eleição e a composição da coordenação executiva desse Conselho.

Eu acho que é importante trazer essa discussão, porque a gente teve a eleição da presidenta Lucas no Conselho, no final do ano passado, e quando a gente chega, em abril deste ano, a Secretaria de Direitos Humanos resolve tentar intervir, fazendo a exoneração da Lucas e tentando fazer com que o Conselho não tivesse outra eleição para a presidência. No regimento, não tem previsto que o vice assume de uma vez, na vacância, enfim, e a gente está hoje nesse grande impasse do Conselho, que tem dentre tantas atribuições, o que eu acho muito importante é o acompanhamento dessa política, o acompanhamento disso. E a gente começou a fazer isso, e eu acho que a exoneração da Lucas veio a partir disso.

Em janeiro, a sociedade civil provoca o Conselho, a gente faz uma visita no território para verificar o que é que estava acontecendo ali, a partir das violações que estavam acontecendo depois das denúncias em relação ao muro, em relação à violência da polícia dentro do muro, da Polícia Militar e da GCM, e eu acho que isso é muito importante, e a gente faz

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

diversas recomendações para o Poder Público. São oito recomendações muito simples, que iam desde a criação de e disponibilização de bebedouros ou de água, espaços de sombra para abrigamento das pessoas de sol e chuva, acesso a banheiro, até a criação de um grupo de trabalho entre o Ministério Público, sociedade civil, Conselho, Prefeitura e também pensando equipamentos e atendimento adequados para as pessoas. E o que a gente recebe do Poder Público é a exoneração da presidente para fazer com que a gente não tenha mobilidade no Conselho e causando uma grande desorganização. E hoje, a gente está com a vice-presidência nesse espaço, nesse lugar, e com grande dificuldade de fazer o acompanhamento da política.

Eu queria dizer aqui que a sociedade civil, que tem assento nesse Conselho, é totalmente contrária ao que vem acontecendo. E é muito importante deixar isso marcado, que a gente tem interesse em fazer as discussões da política implantada. A gente vem denunciando dentro do Conselho, além dessa tentativa de esvaziamento, de intervenção do Poder Público no Conselho, mas principalmente sobre o espalhamento da cena de uso. E aí a gente percebe, a gente sabe, anda pela cidade, vê que tem diversas outras cenas de uso, diversas pessoas sendo violentadas, diversas pessoas sofrendo agressões.

E a gente pôde perceber isso na missão que teve com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Drogas e o Comuda, com a participação do mandato da Vereadora Luana e de outros parlamentares também. E a gente não pode deixar isso parado. A Vereadora Luana fez um requerimento ao Conselho, que até o momento a gente não teve condição de responder, justamente, por conta dessa bagunça toda que o Poder Executivo está fazendo no Conselho. E eu acho importante que a gente tenha espaços de discussão com a sociedade civil, com o Conselho.

Então, quero convidar todas as pessoas a participarem da reunião do Conselho que deve acontecer sempre na primeira terça-feira do mês, a partir das 14h, no auditório da Secretaria de Direitos Humanos, na Rua Líbero Badaró, e fazer com que vocês, sociedade civil, usuários, familiares, parlamentares, participem dessas reuniões para perceber e ver como tem sido difícil essa atuação.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

E eu costumo pensar igual à Diva, é um lugar que não está confortável, que não está fácil participar de todas essas reuniões. Sou obrigado a fazer a Ata do Conselho e, na última reunião, eu desisti de fazê-la no meio da reunião, porque não tinha condição de fazer de tão grande a intervenção do Poder Público. A gente está pensando, se organizando, e conta com todo mundo para esse enfrentamento contra o Poder Público Municipal, que tem no seu papel, há muitos e muitos anos, a intenção e a ação de violentar as pessoas, os usuários, os trabalhadores, as organizações da sociedade civil e os movimentos que atuam no território. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Michel. Importante o que você traz sobre a intervenção no Comuda. Na verdade, é uma inviabilização do funcionamento do Comuda, na prática. Acho que é um dos pontos que a gente vai pensar os encaminhamentos ao final da audiência, gente.

Vou chamar agora, para finalizar a Mesa, a Ana Paula Guljor, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e Coordenadora da Associação Brasileira de Saúde Mental. Está contigo a palavra.

A SRA. ANA PAULA GULJOR – Obrigada. Boa noite a todes, todas e todos.

Saúdo a iniciativa da Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, em nome da Vereadora Luana, e todos os companheiros e companheiras dos movimentos sociais presentes, em especial dos conselhos de participação social; Coned, Comuda, Conad, CNDH, que muitos de nós temos vários chapéus.

Vou começar me autodescrevendo. Eu sou uma mulher parda, estou com os cabelos alisados, coloridos, uso óculos, sou uma mulher de 56 anos e estou com um vestido creme e azul. E destaco esse vestido que faz parte da coleção de inverno do Tem Sentimento, que comprei na última missão que estive aí, lindo e de qualidade. (Palmas) Recomendo a todos.

E eu gostaria de começar essa intervenção falando do lugar que eu estou, que eu estou dizendo aqui, sabe. Além das representações, eu queria dizer que a cada vez que a gente discute essa situação em São Paulo, eu estava falando disso para o Michel mais cedo, que é

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

uma sensação, um sentimento de indignação e de revolta.

Eu falo isso uma mulher parda, de ascendência indígena, filha de uma mãe que veio fugida dos abusos, que viveu uma realidade infelizmente comum entre mulheres indígenas vulnerabilizadas. Cresci na comunidade da Cidade Alta, no Rio de Janeiro, que hoje estampa os jornais nacionais. Foi nesse território que construí minha história.

Tive uma mãe que conseguiu me promover. Ela me proporcionou uma educação, uma criação com muito amor – apesar do uso abusivo de substâncias. Por isso, essa causa, essa discussão, não é apenas sobre os outros; é sobre a minha história de vida.

Pensando nos nossos últimos encontros em São Paulo, como o Michel já mencionou, realizamos uma missão nos dias 19 e 20, motivada pelas denúncias apresentadas pelo Comuda, por meio do relatório entregue ao Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Estivemos presentes representando a Comissão de Saúde Ambiental e Política de Drogas – que coordeno pela Associação Brasileira de Saúde Mental –, a Comissão de Segurança Pública – então coordenada pela Natália Oliveira da Iniciativa Negra, atualmente pela Ana Carolina – e também a Comissão da População de Rua – que à época era representada pelo Movimento Nacional da População de Rua e hoje pela Febraeda.

Essas vivências e escutas que realizamos na região da Cracolândia reforçaram tudo o que já foi dito aqui, especialmente por quem atua diretamente na linha de frente da assistência. Embora eu seja do Rio de Janeiro, esse contato com São Paulo é constante, estreito. Essa primeira missão, como eu dizia, ocorreu nos dias 19 e 20 de março.

No dia 20, tivemos uma audiência na Câmara onde foi possível discutir essas questões. No dia 19, nos encontramos com diversos movimentos que relataram, desde a posição vexatória imposta à população da Cracolândia – que à época ainda circulava por aquela região – e até situações de intimidação contra os profissionais da sociedade civil, especialmente os redutores de danos.

Gostaria muito de estar aqui para falar de políticas públicas positivas, mas o papel do controle social hoje é reunir todas as informações possíveis que apontem para a

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

responsabilização do atual governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo. Sobretudo no que diz respeito à orientação dada à condução das políticas de cuidado – seja na assistência, na saúde ou na segurança pública.

Como resultado dessa missão, estruturamos uma nota técnica sobre a atuação da Guarda Civil Metropolitana na Cracolândia e encaminhamos uma série de questionamentos ao Poder Público municipal. Há muitos pontos que poderíamos trazer aqui, mas quero destacar um. Quando questionamos as violações ocorridas e os tipos de operação realizadas na região nos últimos 12 meses – lembrando que isso foi ainda em março –, recebemos a seguinte resposta: "Não há o que se falar em operações pontuais, já que a GCM atua 24 horas por dia, de domingo a domingo. No que tange às pessoas atingidas, entendemos que a pergunta é abrangente...". E aí eles transferem a responsabilidade para outros órgãos.

Quando perguntamos especificamente sobre as prisões, os dados chamam atenção: somente no trecho da Rua Cleveland, foram 545 prisões realizadas em 2024. Isso revela o caráter punitivista da ação – e não de cuidado. Quanto às advertências administrativas, autuações ou outras medidas, e ainda sobre a apuração das denúncias que encaminhamos, a resposta foi: "Em nossos assentamentos, não consta punição nos termos solicitados e na referida região nos últimos 12 meses.

Isso ilustra como a segurança pública, que se apresenta como política de saúde, moradia e assistência, na prática tem se traduzido em ações higienistas e de extermínio. E o extermínio aqui não é apenas físico: é também pela desidratação, pela fragmentação, pelo espraiamento forçado dessas pessoas para outras regiões, com o claro intuito de promover uma limpeza social. Esse foi o desdobramento das ações dos dias 19 e 20 de março.

Retornamos nos dias 10 e 11 de abril, quando percebemos o agravamento da situação. Um recrudescimento das ações repressivas, com ameaças de despejo, violências e violações ainda mais evidentes. Na visita de abril, durante a reunião descentralizada do CNDH, voltamos a discutir a situação, fizemos novas visitas, enviamos novos pedidos de esclarecimento.

E em maio – ou seja, três meses seguidos —, estivemos novamente presentes: nos

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

dias 11, 12, 14 e 16, com a participação do nosso consultor *ad hoc* Leonardo Pinho e da Iniciativa Negra. Essas visitas resultaram em novos relatos, inclusive sobre o desaparecimento de pessoas. Novamente enviamos questionamentos urgentes. Até agora, nenhuma resposta.

Parece que o governo – seja estadual, seja municipal – não se reconhece como submetido ao regramento constitucional. Quero fazer aqui um reconhecimento à atuação firme da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa. Temos parceiras e parceiros importantes. Cito duas Vereadoras: V.Exas. Vereadora Luana e Vereadora Luna, que compõem a Comissão de Direitos Humanos –, e o Deputado Estadual Eduardo Suplicy.

Apesar de todos esses esforços, as ações não se desdobram. O que encontramos, já em abril, foi um volume impressionante de relatórios que datam do início da década de 2010. Todos foram apresentados às instâncias do Executivo e do Judiciário. E nada avança. Isso me faz lembrar da primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Se efetivamente não conseguimos, com base na legislação brasileira, responsabilizar minimamente os agentes envolvidos em violações tão graves, talvez seja hora de escalar esse debate a instâncias internacionais. O que está acontecendo em São Paulo não é caso isolado. Eu vivo no Rio de Janeiro – e sei que o mesmo padrão se repete. Mas não podemos aceitar a ausência de um posicionamento claro do Governo Federal. Já foi dito aqui: é preciso rever o apoio às comunidades terapêuticas, reorientar a política de drogas, deixar de tratar a questão como uma guerra às pessoas. Precisamos escalar esse enfrentamento.

Para finalizar, estou aqui para dizer, com indignação: a situação é grave e tem estado impune. Precisamos efetivamente acionar outros parceiros que não apenas os territoriais, locais e brasileiros, porque é uma situação indignante e vexaminosa na qual nos encontramos – nós, movimentos sociais – diante de uma política que ninguém conseguiu parar até agora.

Eu agradeço a oportunidade de estar dizendo. E peço perdão pela emoção na fala, mas realmente é esse o meu sentimento – indignação, revolta.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ana.

É o sentimento de todos nós.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Nós, da cidade de São Paulo, aguardamos ansiosamente a nota técnica do CNDH em relação ao trabalho da GCM. Para nós, essa nota técnica é importante, fundamental, porque é um instrumento para pressionarmos, denunciarmos. E ficamos no aguardo para conseguirmos ter mais instrumento de denúncia sobre o que está acontecendo. Nós sabemos que, hoje, a atuação da GCM, em especial, no centro de São Paulo, tem sido muito similar, senão igual, à da Polícia Militar. É muito grave o que está acontecendo.

Pessoal, vamos passar às falas das pessoas inscritas.

Eu queria muito que todo mundo permanecesse conosco até o final, porque vamos tirar alguns encaminhamentos em conjunto. E esta é uma semana longa porque vamos estar na rua, marchando.

Eu vou começar a chamar os inscritos.

Thiago Vasconcelos Coracini está o*n-line*? (Pausa) Não?

Ele se identificou como munícipe. Tudo bem.

Cleiton Ferreira, o Dentinho, do Centro de Convivência É de Lei.

O SR. CLEITON FERREIRA (DENTINHO) – Primeiramente, boa noite a todos.

Meu nome é Cleiton Ferreira.

Eu vou fazer a minha autodescrição.

Eu sou um homem hétero, cis, afrodescendente – no documento, pardo, mas eu me identifico como homem negro. Tenho *dreads* de coloração muito referente à minha personalidade, porque eu me sinto um homem muito jovem e *fashion*. Uso também um moletom vermelho do Centro de Convivência É de Lei.

Eu vou começar essa fala falando sobre redução de danos. E isso me faz lembrar muito de um grande redutor, Domiciano Siqueira.

Eu me lembro muito de uma fala que me pegou muito sobre redução de danos: “quando falamos sobre redução de danos, nós não falamos sobre drogas, nós falamos sobre pessoas, sobre vidas”.

A redução de danos me pega na ponta. Eu, que, para além de ser redutor,

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

pesquisador, delegado de saúde, artista, ator, sou sobrevivente das ruas. É, sobrevivente, não morador – porque romantizamos muito esse nome "morar na rua". A rua não foi feita para morar. Começa por aí. As pessoas estão sobrevivendo.

Eu acho que Osama trouxe uma coisa importante: enquanto estamos reunidos, as pessoas estão passando veneno.

Eu me identifico muito com o uso de substância como uma forma de sobrevivência na minha prática. E eu posso falar para vocês com muita tranquilidade e com muita propriedade que o *crack*, em algum momento, salvou a minha vida também, porque se hoje eu sou um homem deficiente não foi por causa da droga, não foi por causa da substância, e, sim, por causa da violência do estado, que nos persegue há anos. Perseguem as pessoas pobres.

Quando falamos sobre cracolândia, falamos sobre miséria, falamos sobre pobreza, sobre falta de acesso – falta de acesso até ao próprio nome – porque, em algum momento, o nome Cleiton Ferreira não era identificado pelo estado, ele era identificado como um nóia, como cracudo, como sem futuro.

A rua me identifica pelo vulgo Dentinho. A rua e o Dentinho entendem que esse nome é potente; é um nome presente nesse lugar que é chamado de cracolândia. Mas nós estamos falando do bairro da Luz. Quantas cracolândias existem no mundo? Vamos falar sobre isso?

Podemos falar sobre a questão do uso de drogas como: por que não alcolândia? Por que não cigarrolândia? Pensando sobre a questão do uso de substâncias, o uso de substâncias é humano.

E quando falamos de cuidado, quando chega na redução de danos, eu lembro de um diálogo muito próximo com Carmen Lopes, uma das grandes personas dessa vivência.

Eu entro no *De Braços Abertos*, que tinha um recorte do Raulzinho Furt: "Moradia, trabalho – que seria uma atividade – e também alimentação mais digna". E aí, olhando para esse lugar, hoje, como cuidador... Eu acho que foram faladas muitas coisas importantes sobre a perseguição, o fechamento de equipamentos, o sucateamento da rede, a questão da assistência como um todo, e outras vertentes que vêm acontecendo aos montes, mas não é de hoje. Quando

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

falamos sobre guerra às drogas, nós falamos sobre guerra às pessoas. Os trabalhadores da ponta, os moradores, os comerciantes... até mesmo esse cara da segurança, porque ele manda um Paulo Freire, pensando na questão da opressão; e o verdadeiro oprimido se torna o maior opressor.

Quando eu tomei enquadro, quando eu tomei uma bomba na cara que me tornou deficiente, essa bomba veio da vertente de homens negros fardados. E como é o recorte da redução de danos para essas pessoas também?

Nós, hoje, temos uma problemática de anos; mas, hoje, com um diálogo que não adere à real totalidade de vidas, porque a cracolândia é o nome, mas as pessoas são presentes e elas estão aos montes.

Para terminar a fala, eu vou deixar uma provocação.

Qual é o recorte de hoje para as pessoas sobreviverem agora nesse exato momento? A galera vai tomar cachaça. E lembrando que a cachaça é uma substância que a galera, no início, sente um fervor, mas é uma substância depressora – ela abaixa. Então, enquanto estamos falando, a galera que está nas beiradas da cidade, está nas marginai, não está sendo vista. Fala-se “marginal”, e as pessoas são marginalizadas, são colocadas para canto; são presas, internadas, silenciadas. Essas pessoas vão morrer de frio. E o único que elas têm é o uso de substância. E eu posso dizer para vocês, porque eu, como usuário – que ainda sou usuário de diversas substâncias –, estou em abstinência do *crack*, porque eu entendo que o *crack,* a substância que me salvou, hoje, é muito perseguida por uma questão social.

Para terminar.

Como artista, eu tenho um trabalho na ideia de René Magritte.

Eu não sei se alguém sabe. René Magritte fez um trabalho lá em 1869 falando sobre a questão do cachimbo: “Isto não é um cachimbo”. Era a foto de um cachimbo. Eu, quando me identifico como artista das ruas pelo projeto De Braços Abertos e pelo Birico, que era um projeto voltado à arte e à cultura, seu fomento como redução de danos, faço um trabalho em que falo assim: “Isto é um cachimbo” – uma lata nacional de refrigerante –, pensando no uso dessa

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

substância.

Eu deixo para vocês um pensamento aberto: qual é o nosso uso? Qual é o nosso local como usuário? Pensando que existem drogas funcionais e drogas psicoativas. Funcionais: cigarrinho, café, que dá uma funcionalidade para o capital. E as drogas psicoativas são aquelas substâncias que fazem você pensar, ter outro movimento.

É isso, gente. Muito obrigado.

Obrigado, Luana. Obrigado à toda a Mesa.

Lembrando: #teatrodecointeinerfica.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Fica.

Pessoal, agora eu vou passar para o Alessandro, do CAPS AD.

Lembrando que são três minutos, companheirada.

Depois, Eliel, da educação pública.

O SR. ALESSANDRO BURI – Boa noite a todas, a todes, a todos.

Luana, muito obrigado pela oportunidade. Obrigado a toda a Mesa.

Eu “me senti contribuído” por todas as falas. E eu venho trazer só mais um ingrediente para engrossar o caldo.

Eu vou fazer a minha autodescrição: eu sou um homem pardo, careca, estou vestindo uma camisa preta da Pátria Mãe África.

Eu, como trabalhador da Rede de Atenção Psicossocial, mas também representando o Fórum Intersetorial de Direitos Humanos e Drogas da Zona Norte, faço primeiramente uma saudação em memória e respeito de alguns nomes: Paturi, Beto Louco, Andreia, Pixote.

Talvez esses nomes vocês não conheçam, mas foram nomes que eu conheci no final da década de 80, começo da década de 90, na Baixada do Glicério, onde nós iniciamos a nossa primeira organização de resistência em relação ao uso de drogas. E eu permaneci naquele território, vivenciei todo o processo de migração, de subida da Baixada do Glicério até a região conhecida como Cracolândia, passando pela Boca do Lixo, e até 2008 permaneci naquele território.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Sou nascido e criado no Quilombo da Saracura, alguns conhecem como Bela Vista, Bexiga, enfim, e para mim é importante. Por que eu estou dizendo isso? Porque de onde eu estou hoje, eu venho das bordas da periferia, como foi dito, e atualmente estou no território da zona Norte. A zona Norte hoje é um dos territórios mais próximos da região central e, nesse processo de migração forçada dos corpos, a zona Norte tem recebido um grande número de pessoas que frequentavam a região conhecida como Cracolândia.

Na verdade, essas pessoas saem da zona Norte como nativas e estão voltando como estrangeiras. E, como estão voltando como estrangeiras, elas têm vivenciado talvez... Nós estamos falando de uns territórios mais pretos da cidade de São Paulo e nós estamos falando também de um dos territórios mais militarizados da cidade de São Paulo. Consequentemente, ações como aconteciam na década de 1980, com o Esquadrão da Morte, têm sido reproduzidas na zona Norte hoje, nas bordas, e isso não tem se falado. As milícias voltaram para poder exterminar os corpos dos nossos manos, das nossas manas, das nossas minas, das nossas monas que estão na quebrada.

E é importante que a gente deixe isso sinalizado, porque também isso é um projeto do Governo Municipal. O projeto do Smart Sampa no SUS é um projeto de extermínio, porque isso tem chegado, está para chegar também nas redes de atenção psicossocial, não só na atenção básica. O que nós estamos vendo, assim, nas regiões da zona Norte de São Paulo, principalmente nos territórios mais embranquecidos e mais conservadores, é o extermínio e a utilização desse mecanismo de extermínio desses corpos que têm transitado por lá.

Só para concluir, é importante que esta audiência também esteja acontecendo, como foi dito bem pela Diva, assim, que da ponte para cá, meu irmão - como diz o Gog, “abaixa que é tiro”, que isso não é um delírio -, o que tem acontecido na zona Norte de São Paulo, principalmente... Nós temos indicadores da zona Norte de São Paulo, de extermínio, de morte da do público infanto-juvenil por armas de fogo, aumento do uso das drogas K, que têm provocado a subnotificação de óbito desse público jovem e, sobretudo, da criminalização dos territórios periféricos.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

As pessoas estão nas bordas próximas às rodovias não é à toa. Se elas foram jogadas hoje para baixo do Minhocão, é estratégico, é para que o carro passe e mate. Assim tem acontecido também nas bordas da zona Norte, assim como em outros territórios da zona Leste, da zona Sul, da zona Oeste. Então esse movimento para nós é um movimento muito caro e acho que, como um espaço de denúncia, é importante que a gente também continue ocupando o Comuda para poder denunciar, poder cobrar e poder continuar fortalecendo a luta.

Muito obrigado pela oportunidade e bom trabalho a todos e “todes”. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Alessandro. Fundamental.

Agora é o Eliel, da educação pública; depois, a Fernanda Almeida, do CAPS AD Pinheiros.

O SR. ELIEL - Boa noite a todas, a todos e “todes”. Eu sou um homem preto, tenho 43 anos, estou vestindo uma calça preta, tênis preto, camiseta azul do seriado do Falcão Negro, da Marvel, uso óculos.

Bom, na verdade eu tenho uma pergunta para fazer, porque eu venho da área da educação, dou aula numa escola municipal de São Paulo: e as nossas adolescentes e as nossas meninas pretas que estão sofrendo nas escolas? A Keit esteve lá no começo de maio conversando com os nossos alunos. Fizemos lá um movimento, um bate-papo com os alunos em relação a machismo, misoginia e toda a violência contra as mulheres pretas, as mulheres trans. Foi um bate-papo, assim, bem bacana e bem interessante, mas precisamos de muito mais do que isso.

E aí eu me pergunto agora: os nossos adolescentes, que estão começando a vida agora; as adolescentes, que estão conhecendo o próprio corpo agora e estão sofrendo com pobreza menstrual, porque a escola não tem recurso... Que o subsecretário, que eu nem sei se está mais, no mês passado falou que as escolas receberam mais recurso este ano. Ele mentiu, assim, na cara larga, porque nós não recebemos mais recursos, a gente recebeu menos. A gente está tendo que contar moeda para poder dar um pouco de dignidade para as nossas crianças lá.

E, assim, eu dou aula no fundão da zona Leste, Jardim Santo André, lá o bicho pega

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

todo dia, todo dia. E, assim, as nossas crianças estão largadas lá. E a gente precisa de um trabalho intersecretarial, porque a gente precisa também, falando em cuidados, que as secretarias também passem por lá, passem pelas escolas para ver como as nossas adolescentes estão. Estão sofrendo e sofrendo muito, sofrendo violência todo dia, porque não tem um transporte público, muitas vezes têm que caminhar dois, três quilômetros a pé, porque tem muita criança ali que mora na divisa de Mauá, e o horário em que saem e o horário em que chegam é arriscado, e sofrem assédio, sofrem abuso. E aí, cadê o cuidado dessas crianças?

Eu sou autista, meu filho também, sou pai atípico. A gente tem uma dificuldade muito grande em relação, principalmente, a medicamento, porque a gente fala muito da *cannabis*, mas o meu filho toma 3.000 miligramas, que não é autorizado no Brasil, custa 500 reais. A cada dois meses tenho que gastar 500, 600 reais para poder ter a medicação para ele. Eu não tomo, mas mesmo assim as medicações que eu tomo são caras.

Transporte público, que deveria ser voltado para os PCDs, aí eu falo: cadê também o olhar para as nossas crianças com deficiência, que também não chega? Por exemplo, tem uma lei federal que garante transporte público para pessoa com deficiência, mas isso fica relegado à decisão dos governos estaduais e municipais. Mauá negou o direito para mim, o meu direito a transporte público. Eu faço terapia duas vezes na semana, meu filho faz terapia quatro vezes na semana. A gente teve que se matar para poder comprar um carro, para poder levar ele nas terapias, e o governo de Mauá negou. Qual é o critério? “Ah, porque você é professor, porque você tem um salário de tanto”, de não sei o quê. Só que ninguém está dentro da minha casa para ver o que está acontecendo lá, ninguém está vivendo a minha vida, ninguém está no meu corpo.

E as nossas crianças pretas? Eu sou homem preto, eu sofro, sofri para conseguir laudo. Os médicos olhavam para minha cara e falavam: “Ah, você não tem nada; só de olhar para você, você não tem cara de autista”. Autista tem cara, gente? Não tem, não tem, sinceramente. Então a gente precisa também olhar para educação, porque a educação está sendo precarizada. A gente está recebendo menos verba. Os professores estão sob ataque, trabalhando doentes, com carga horária dobrada para poder ter um salário digno, a gente mal

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

consegue atender as crianças.

E, assim, como provocação para os colegas e para a banca que abriu aí o espaço, eu acredito que as mudanças não vão vir com o “deixa disso”. As mudanças só virão via revolução, e a revolução está batendo na nossa porta. Viva a revolução.

É isso aí. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, professor Eliel. Peço que você fique até o final para a gente depois pegar o nome da escola, está bom?

Pessoal, lembrando que está passando uma lista, tem uma lista que está ali na mesa; quem não colocou o seu número, seu contato, por favor, coloque para a gente também enviar os encaminhamentos da audiência. Beleza?

Gente, agora é a Fernanda Almeida, do CAPS AD Pinheiros; depois é a Luciana.

A SRA. FERNANDA ALMEIDA - Estou naquela fase que já podia estar usando óculos só multifocal, mas eu ainda tenho dois, então eu não vou ver vocês para ver o negócio, depois eu vejo vocês.

Boa noite, pessoal. Obrigada, Luana. Vou fazer minha autodescrição. Sou uma mulher parda, estou vestindo uma blusa cinza e um colar de bolas verde. Sou assistente social de um CAPS da direta, de um CAPS AD que ainda resiste sob a forma de administração pública direta. Isso não é qualquer coisa no Município de São Paulo, posto que todos os CAPS AD, na sua grande maioria, são hoje terceirizados e isso vai impactar direto no modo de cuidado, no modelo de cuidado.

Eu me sinto bastante contemplada com tudo o que foi dito e, como disse o Alê, vou ver se consigo, nesses três minutos, adensar questões para a gente pensar.

Desde o fechamento do Programa de Braços Abertos se passaram quase nove anos. Eu acho que está na hora de a gente fazer um levantamento do que aconteceu, do ponto de vista da saúde dessa população. A gente está falando de uma população mais adoecida, mais resistente e com mais dificuldade de fazer vínculo, a partir dessas várias negativas e dessas várias manifestações de violência que estão sofrendo.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Então, as populações que nós estamos atendendo, nós, trabalhadores do SUS, são populações que não dependem só de redução de danos, dependem de trabalho clínico, dependem de enfermarias em hospitais gerais, dependem de uma equipe multiprofissional que tenha disponibilidade para escutar o adoecimento dessas pessoas. Todo o movimento que está sendo feito na região central – eu sou uma moradora aqui da região central – vai desembocar nos bairros, nos arredores. Isso é importante dizer por que esses territórios não estão preparados com recursos e com equipamentos para atender esta população. Então, a desorganização que é feita na região central provoca e sobrecarrega a rede no entorno. Estou em Pinheiros e já é notório o aumento da população que ali chega. E chega mais adoecida, mais resistente, com mais comorbidades. Um colega uma vez disse – foi dito aqui, e acho que não é por acaso – que, se a gente fala em Cracolândia, a gente deveria falar da necropolítica produzida pelo corote.

Então, a gente vai olhando esta população que chega adoecida nesses territórios. Você falou em 90 mil pessoas em situação de rua. O último levantamento que eles publicaram deu 100 mil pessoas em situação de rua na região da cidade como um todo. Esta população se autodeclarou 70% como uma população negro/parda. Então, a gente está falando de um genocídio que a gente pode também racializar, esse dado desse genocídio. São 70% de pessoas que se autodeclararam negras ou pardas. Eu tenho utilizado uma denominação de refugiados urbanos. O que a gente vive na cidade é um grande campo de refugiados. Convido todo mundo a fazer o teste. Acho que aqui é meio rezar para convertido, mas o teste que a gente faz é, se você sai da sua casa até qualquer ponto da cidade, quantas pessoas em situação de rua você vai encontrar caída pelo chão? É só você fazer a conta. Se antes a gente falava de uma invisibilidade da população em situação de rua, o que acho que se deseja hoje é a fórmula da invisibilidade, porque agora eles não conseguem mais esconder. E com a estratégia que eles usaram de espalhamento, a região da Paulista, a região da Zona Oeste está sendo toda ocupada por esta população e que chega nesses territórios. E a violência nesse território não é qualquer coisa, porque são territórios mais ricos, são territórios mais abastados, são territórios com seguranças que vão fazer, na calada da noite, a segurança dos patrimônios que estão ali. Então,

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

acho que a situação que a gente vive, como tem dito o Movimento Nacional de População em Situação de Rua, é uma grande crise humanitária na cidade de São Paulo. Acho que a gente tem que começar a nomear as coisas de maneira um pouco mais dando a sua complexidade. Vou terminar com isso, com algumas propostas.

O Programa Reencontro, que tem sido utilizado no discurso como uma estratégia de *housing first*, nada mais é do que terceirizar para a diagonal, e acho que a gente precisa fazer um levantamento dos custos, de quanto está sendo gasto nesse programa, e que já demonstra que a gestão não está funcionando, a gente não consegue encaminhar as famílias, está tendo toda uma reorganização da pequena moradia que era negociada entre as pessoas, numa hipervalorização dos aluguéis na região central. Não se trata mais da justificativa de abertura de serviços sem qualificar os serviços existentes. Então, acho que a gente tem que começar a barrar esse discurso que vai falando do aumento significativo da maior rede de assistência social existente na América Latina. Isso é uma falácia, porque, na verdade, se abre e se fecha sem parar. Esses serviços não são qualificados. De que as periferias por onde essa população está voltando não estão preparadas, do ponto de vista da assistência social, para receber essas pessoas. E o que está sendo produzido, na verdade, é um grande desordenamento da pífia rede de assistência social, porque não existem SUAS em São Paulo. Então, se o clima está tenso, do ponto de vista de quem está na rua, o clima está tenso também do ponto de vista de quem trabalha. E quem tem RF e pode falar, porque, em geral, são pessoas terceirizadas e que também não podem fazer a reivindicação.

Então, são trabalhadores que, se começam a falar, são demitidos, são substituídos. Então, acho que a situação é dramática. Venho aqui somar e usar a força do meu crachá. Embora eu já tenha tomado uma advertência esses dias. Fala quem pode, obedece quem tem juízo. Eu não tenho. Então, é para dizer para vocês que, contem com o apoio da rede, do ponto de vista dos trabalhadores que resistem a esse sistema como um todo. A redução de danos não é só uma política. A redução de danos é uma ética do cuidado. A gente não precisa que o Prefeito autorize uma política de redução de danos para que a gente possa exercitar a política de redução

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

de danos. Tenho uma autonomia relativa do meu trabalho e vou continuar atuando nessa perspectiva. Desculpe o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, minha querida. Sempre bom te ouvir. Agora é a Luciana, depois é a Karina, do Coletivo Quilombo Quebrada, e CAPS J. Vila Mariana.

A SRA. LUCIANA – Boa noite a todos da Mesa, a todos os presentes aqui. O que quero dizer é que esse negócio dos moradores, as pessoas que estão nas ruas, e o que a gente vê? A cara de pau desse prefeito, desse governador, quebrando quarteirões inteiros, derrubando para fazer prédio. Quem é que lucra com isso? Mais uma vez estou falando isso aqui nessa Casa. Não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira. E quem é que está por trás disso? A violência dessa polícia que bate, que tira. Por que de tudo isso? Nosso país é um país democrático, graças a Deus.

A grande maioria absoluta das pessoas votam. Cadê esses juízes? Agora mesmo, você vê nos jornais, está lá. São barcos, é caminhão, é tudo quanto é coisa, é avião, até avião agora, cheio de drogas. Quem são os donos dessas drogas? Será que é o que está na rua? Será que é o que está na favela? São os donos? São eles que têm dinheiro para fazer isso? E ninguém fala nada? A justiça não faz nada? Ninguém faz nada, meu. Eu acho que está mais do que na hora do povo brasileiro começar a se concentrar nos problemas do Brasil, que isso acaba para as pessoas também, que se acham inatingíveis. Entendeu? É isso. Desculpe isso é um desabafo.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Luciana. É isso mesmo. Pessoal, agora é a Karina, que é a última inscrita, depois a gente vai para os nossos encaminhamentos. Vamos que vamos. Pode sim, pode sim, Dentinho. Pode sim.

A SRA. KARINA XAVIER – Boa noite. Acho que dá para ouvir. Bem, eu acho que eu começo a minha fala... Meu nome é Karina, sou redutora de danos, participo de alguns coletivos e trabalho no CAPS IJ com crianças e adolescentes em situação de rua. A minha provocação, para a gente pensar um pouco, é que, quando a gente fala de droga e redução de danos, muitas vezes fica muito invisibilizado o debate com crianças e adolescentes. Então, a

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

importância de a gente trazer as infâncias e as adolescências e as juventudes, que são muito diversas, para a centralidade do debate e as suas histórias.

Onde eu trabalho, a gente chama de refugiados urbanos o programa, que vai se tratando um pouco do que a colega trouxe, de crianças e adolescentes que saem dos seus territórios de origem e se refugiam, por vezes, nos centros das cidades. Então, não à toa, eu chego aqui atrasada, e acho que isso diz muito sobre o processo do cuidado com crianças e adolescentes em situação de rua, que o motivo do meu atraso tem a ver com a solicitação, a tentativa de uma solicitação de vaga num serviço de acolhimento institucional, onde nem sempre uma adolescente, uma criança, deseja estar inserido. E a gente demorou, foi no último minuto do segundo tempo, fechando o serviço, que a gente conseguiu uma vaga num serviço de acolhimento. Então, acho que o primeiro ponto a pensar é a questão de um lugar para poder permanecer e se organizar, e o município não está disponibilizando essas vagas. Então, foi uma sorte, mas a gente já teve em diversos momentos da história, isso não é novo, não acesso a vagas em serviços de acolhimento institucional SAICAs. Acho que esse é um ponto. Acho que tem algo para a gente pensar em como a gente está ouvindo esse sofrimento. Determinados corpos são desumanizados. Então, vira o perigoso, vira o ameaçador, vira o nóia, e aí a gente precisa lembrar dessa história. E que histórias a gente quer contar e que histórias a gente tem ouvido! Mas, só para a gente poder pensar que outras narrativas que a gente pode construir junto com a molecada. Porque acho que fazer redução de danos, essa ética do cuidado nos convoca a estar próximos, nos convoca a vincular, a acolher e ter uma disponibilidade dentro de uma perspectiva da hospitalidade condicional mesmo.

Então, fica algo para a gente pensar aqui, como estratégias de cuidado, um orçamento público decente para poder ofertar de fato e investimento, sobretudo nos territórios de origem. Se essa molecada é refugiada urbana, é porque nos seus territórios não foi possível uma existência digna. Então, são das bordas da cidade: Itaquera, Guaianases, Lajeado, Cidade Tiradentes, entre outras regiões.

Ampliação da contratação de redutores de danos nos CAPS IJ. A gente quase não

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

tem redutores de danos no IJ, só nos CAPS adultos. Também metodologias de trabalho, de abordagem, de possibilidade de trabalho com a molecada. Centros de Convivência com promessas de abertura que nunca foram abertos. Existem fechamentos, aberturas, finalizações. Então, é algo para a gente pensar que criança e adolescente também têm a ver com redução de danos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada demais, Karina. Agora, a última fala, do Cleiton Ferreira (Dentinho), Centro de Convivência É de Lei.

O SR. CLEITON FERREIRA (DENTINHO) – Sobre a fala da Ananda, sobre a questão do Reencontro, projeto da Diagonal, eu faço parte de um lugar, estou uma república. Tem havido um movimento de dentro das instituições que acolhem as pessoas, de um posicionamento de entender o que é essa organização e autonomia. Como assim? A república é um recorte para pessoas que estão mais organizadas. Então, nos últimos tempos tem havido um posicionamento das gestões, de “flexionar” essa permanência. Isso era algo para a pessoa ficar até buscar autonomia, agora ela está sendo posicionada para sair.

Aí, um novo recorte: o auxílio moradia, que é no eixo do Vila Reencontro, de a família estar com essa pessoa uma situação de rua, que eles dizer que é um resgate. O auxílio moradia, que era um auxílio para a pessoa conseguir um valor, estava muito na gestão da Diagonal. Então, como encaminhamento para essa Mesa, fica o desafio de buscar saber um pouco mais sobre como está recorte, porque não há resposta de pessoas que foram orientadas a adentrar – nessa linguagem de autonomia – à sua própria moradia e foram para lugares ociosos.

Agora, parece que foi retirada a OSC da Diagonal, que era provisória, e essas pessoas estão passando uma dificuldade de sair e voltar para as ruas. Uma coisa mais grave é que essas pessoas estavam em lugares fixos, organizadas, retomando sua vida vão voltar para as ruas.

Então, de dentro para fora, está tendo uma ordem vertical – que não é (ininteligível) dessa falácia horizontal -, de posicionar as frentes em que atuam os trabalhadores da assistência social e também da saúde, de orientar as pessoas a estarem mais bem organizadas para sair; e

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

não está tendo uma porta de saída adequada e acompanhada. E quando essa pessoa consegue, sai dessa orientação, essa pessoa fica desassistida e está sendo violentada nesses lugares de moradia onde foi colocada.

Para terminar – e acho que é muito importante -, ainda falta um dos eixos desse Projeto Reencontro, que é a locação social, pensando que a pop rua, no geral, o trabalhador da rua, da ponta, tem condições de bancar uma moradia digna. Porque quando a gente fala sobre redução de danos, a gente fala sobre participação ativa, sobre propriedade. Porque essa pessoa tem propriedade, tem sonhos. Assim como no meu caso, a pessoa fica como uma bola de pingue-pongue, jogada para lá e para cá. E qual que é o sonho? É ter um lugar legal, para descanso, até adequado para que, mesmo que você faça o uso de substância, faça um uso tranquilo, de forma devida e cabível perante a Constituição que nós temos. Eu acho que é isso.

Então, há várias quebras de decreto. Luana, acho que a gente pode sondar a questão desse posicionamento da assistência social, desse enfrentamento para tirar as pessoas dos lugares onde elas estão começando a se organizar. Acho que é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Dentinho. Pessoal, tem uma última inscrição, que eu acho que é tranquilo. A gente já ficou até esse horário, vamos escutar mais uma pessoa presente. Lírio Negro, pode fazer uso da palavra.

O SR. LÍRIO NEGRO - Quero saudar a Mesa porque, mesmo sem ter sido escrito, eu não poderia deixar de falar. Eu sou o Lírio, para quem não me conhece. Eu sou uma pessoa agênero, retificada como agênero, reconhecida civilmente como agênero, mesmo o proibicionismo dizendo que pessoas agênero não existem. Sou uma pessoa negra, de cabelo crespo. Não sou retinto, mas sou autodeclarado negro, afrodescendente, afro-indígena. Sou uma pessoa migrante e vim para São Paulo para fazer os meus tratamentos de saúde. Também sou uma pessoa autista, sou um paciente crônico e crítico, que tem problemas crônicos e críticos, que a ALESP, nem São Paulo, nem o SUS estão bancando o tratamento. Sou um paciente em vulnerabilidade, cota no Flor da Vida, e não vejo nada de bom no meio das massas, porque o clima está tenso dentro também.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Enquanto usuário do serviço socioassistencial e enquanto família unipessoal, mesmo eu sendo autista, não estou inscrito no BPC. Tenho tentado me inserir no mercado de trabalho como artista visual, produtor cultural, da diretoria do Segura a Coisa - 50 anos de Antiproibicionismo no Estado democrático brasileiro; gritamos “fora DOPS” no tempo da ditadura, quando Lula e Dilma estavam presos.

Como delegado eleito na Conferência Estadual LGBTQIA+, venho repudiar veementemente a prefeitura. Fiz uma moção de recomendação à SMADS para que acolha famílias atípicas unipessoais PCD nas cotas de moradia, porque é uma vergonha. São Paulo não estar incluindo a própria pessoa para a qual a LOAS foi instituída e tem o dever de acolher.

Embora muitos digam que eu não sou usuário de drogas, a maconha ainda é criminalizada no Brasil. Eu faço o tratamento com vários tipos de medicina endocanabinóide e eu sou perseguido dentro do serviço socioassistencial. Para estar aqui, numa reunião de marcha, a minha vida não é um “pipipi popopo”: eu tenho que fazer relatórios para dizer para aonde eu vou, a que horas eu saio. Eu estou grampeado em um CISA que se abre à triplificação dos serviços socioassistenciais; eles veem onde eu dormi, onde eu parei, aonde eu fui, onde eu estou.

Eu sou criminalizado, ojerizado dentro dos próprios movimentos sociais por lutar por uma moradia digna, por não fazer mesc do meu autismo, por dizer que eu faço o meu tratamento com maconha e recebo maconha dentro de um hotel social. E ninguém está preocupado se eu tenho *habeas corpus*, porque eu vou plantar onde, se nós não temos teto nem casa? A gente vai ser perseguido até quando? Vai plantar maconha onde? Debaixo do Minhocão?

E aí, Cracolândia? E aí, Marcha da Maconha? Vão fechar os olhos até quando para o coleguinha que está se f******* no *front* igual a muitos outros (ininteligível) porque não está nada bom. São pessoas ou que têm moradia ou que já saíram da rua de alguma forma. Porque eu estou sendo grampeado, eu estou sendo agredido pelos meus próprios pares que estão todos doentes, e muitos pedem de volta o Programa de Braços Aberto, e não tem, entenderam? A gente não vê uma política eficaz de saída para os artistas que, como eu, são silenciados dentro

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

dos próprios movimentos.

Então, eu não ia chegar aqui e ver uma pouca vergonha, um auxílio reencontro ser negado para uma pessoa autista que tentou ser incluída no mercado de trabalho. Trabalhei um ano no Arquivo Histórico, sofro o transformista institucional, e a minha vagina não tem preocupação nenhuma para as mulheres cis, porque a violência sexual que pessoas LGBTQIA+, homens, mulheres sofrem é real, porque tem meninos com IST e HIV que pegaram de violência sexual nas ruas.

Enquanto vocês estiverem brincando de anti-proibicionismo por uma questão de classe e da chamada *pop rua,* no lixo do debate, nós vamos continuar sendo marginalizados como boca do lixo que não somos, como fazedores culturais que somos, como sabedores de maconha medicinal, que temos o poder nas nossas mãos.

Quantas vezes olharem para minha cara e disseram que eu não tenho acesso, porque perdi o meu direito à moradia e quantas pessoas vieram me viabilizar o acesso? Até os que atrapalharam ajudaram no meu “corre”, porque - enquanto os muitos estão virando as costas - estou construindo políticas públicas dentro da Defensoria, vivendo da Caridade de quem me detesta, de um Governo higienista, fascista, que odeia imigrante, odeia LGBTQI, que privatiza a educação, que odeia autista, que rasga a mão na nossa cara todos os dias.

Quantas pessoas têm aqui nessa audiência na Mesa discutindo isso?

Somos notório saber. Lula e Irracionais ganharam causa nobre e não é a sociedade higienista que vai nos calar, não.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves - PSOL) – Obrigada, Lírio Negro, pela sua presença.

Pessoal, primeiro eu queria agradecer a presença de cada pessoa que veio. É muito fundamental que nesta Casa, na Comissão de Saúde, que é um espaço majoritariamente conservador, temos esse debate. Agradeço de verdade.

Eu queria propor alguns encaminhamentos, porque é o que foi dito aqui na Mesa, entendo que tem - às vezes - um clima de descrença na denúncia, mas se não fazemos a denúncia, o que vai acontecer é muito pior.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Seguinte, pessoal, primeira coisa, antes de tudo, fortalecimento da nossa marcha no sábado. Todo mundo tem que chamar, tem que estar junto. A minha impressão, não sei qual a impressão do pessoal da organização, é que muitas pessoas pensam que depois da decisão do STF, a coisa resolveu. Não resolveu, principalmente, para a população negra e para a periférica. Então, ponto um é o fortalecimento da marcha.

Tem uma denúncia, tem um dossiê sobre as violências na região da chamada Cracolândia que foi entregue pelo Ministério Público Estadual e para o Ministério de Direitos Humanos. Parece-me, conversando um pouquinho com o senhor Marcelo, que ainda não foi entregue para o Ministério Público Federal. Se eu estou errada, me corrija, mas me parece que é isso. O que eu queria propor, e aqui é importante a presença da Deputada Sâmia Bomfim, do mandato dela que está aqui presente, é que seja entregue em mãos para Procuradores do Ministério Público Federal.

E queria propor isso porque é muito fundamental que consigamos envolver os Órgãos do Poder Judiciário a nível federal. E acho que o Ministério Público Estadual ocupa um papel fundamental. Tem uma descrença sobre o papel do Ministério Público Estadual, mas é evidente que precisamos ampliar a denúncia, que precisamos ir ao MPF.

Então, eu queria propor isso para que levemos a partir do mandado da Deputada Sâmia essa denúncia, o dossiê que já foi feito pelos movimentos de todas as violações, tortura, sequestros para o Ministério Público Federal? Pode ser, Marcelo?

Essa Comissão não tem ainda nenhuma Subcomissão. Uma subcomissão é um espaço permanente, é tipo um grupo de trabalho permanente. Essa Comissão é a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Eu queria propor que ela tivesse uma Subcomissão de política é de álcool e drogas e redução de danos permanente. Eu queria muito que pudéssemos ter isso, e preciso do apoio de vocês para isso.

Para passar, precisa de pressão sobre os queridos Vereadores que fazem parte dessa Comissão.

Temos hoje, da Comissão de 7, temos 3 que são do campo progressista: eu, Vereador Amanda Paschoal do PSOL e Vereador Hélio do PT. Só que precisamos de mais um voto. Então, precisamos fazer essa pressão, esse corpo a corpo, esse jogo com os Vereadores da Comissão para termos essa Subcomissão permanente dentro da Comissão de Saúde.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Outro pedido a ser feito à Comissão de Saúde, uma diligência oficial ao território da chamada Cracolândia. Por que digo uma diligência oficial da Comissão? É claro que a minha ida enquanto Vereadora é fundamental, mas eu quero mais do que uma ida individual de Vereadora, precisa ter uma ida oficial institucional da Comissão de Saúde, uma visita. A diligência é o nome técnico da visita oficial. Eu acho que esse é um pedido que vamos fazer aqui para a Comissão de Saúde, porque ir eu, um outro Vereador ou Deputado progressista é importante, tem o seu papel. Mas, o mais fundamental é ir a partir da Comissão de Saúde. Então, vou pedir isso.

Por último, falamos muito do Smart Sampa aqui. Foi trazido por diversos companheiros e companheiras que estão no Movimento antirracista que sabem do racismo algoritmo. E é o seguinte, o Smart Sampa é vendido como um avanço para a Segurança Pública de São Paulo porque traz transparência, supostamente, sobre a cidade.

Não sei se todo mundo aqui sabe que no gabinete do Prefeito tem uma tela gigante feita de várias televisões que passam câmeras do Centro de São Paulo. Ele vê na sala dele, é bizarro. Ele vê lá da sala dele, é gigante, é uma parede gigantesca que pega as TVs, se ele quiser ele liga. Dá para ver, se der zoom, dentro da barraca de uma pessoa em situação de rua assim. É esse o nível que temos, o que prova também que os agentes públicos têm acesso às filmagens. E dentro do Smart Sampa está falando de acesso aos agentes públicos.

Eu vou pedir oficialmente, isso não vai ser pedido em reunião, vai ser um pedido oficializado por meio de ofício as filmagens dos dias... Vocês me ajudem para ver se é isso. Colaborem... 10 a 13 de maio, e também do dia 28 de abril, das 18:30h à meia-noite, da Rua dos Protestantes, entre as Ruas dos Gusmões e Vitória, paralela à Rua General Couto de Magalhães. Podemos olhar direitinho, e vou precisar todos de vocês para isso, mas, a princípio colocamos a Rua dos Protestantes, entre a Rua Vitória e a Rua dos Gusmões, paralela à Rua General Couto de Magalhães.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves - PSOL) – Pode falar, Dentinho.

O SR. CLEITON FERREIRA (DENTINHO) - Para além disso, foram feitas inúmeras operações ali, mediante a Polícia Militar e a GCM, de retirada do fluxo da Rua Protestantes com a paralela, pois ali há um ponto cego que não tem muita iluminação...

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves - PSOL) – E tem câmeras, você sabe?

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

O SR. CLEITON FERREIRA (DENTINHO) - ... que é na rua do lado da Fenac, da Fatec, que é um ponto cego. E acho que se pode pedir, no entorno, a filmagem porque tem uma estratégia de pontos cegos da cidade, nos horários que não tem iluminação, porque foi cortada a iluminação de muitas ruas. Então, quando tem esse sumiço, muitas das pessoas eram locadas para lugares diferenciados ali. Talvez, pegar um recorte de posicionamento entre Triunfo, Aurora e os mediantes até...

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves - PSOL) – Dentinho, vou pedir sua ajuda para depois trocar uma ideia, também, com Michel, com a Anne e com a Joice do mandato, para você nos ajudar no requerimento, no ofício. E, por que é importante esse ofício? Porque o Smart Sampa é vendido como transparência. Eu quero as imagens, eu, como Vereadora da cidade de São Paulo, quero as imagens. Não as vou espalhar.

Existe um método, quando fui da CPI dos aplicativos, existe uma, você pode requerer informação com o compromisso de não revelar. Quando fui de uma CPI, por exemplo, tive informações privadas de uma empresa que é todo um negócio, é uma forma de você entregar. Entregam em um CD, você tem que assinar um documento. Eu assino. Não tem problema.

Agora, eu quero as imagens. Quero ver o que aconteceu, porque estou cansada de receber denúncia de kombi, caminhão, carro. Isso não é só do Centro. Recebo denúncia sobre isso da zona Norte, do bairro El Dourado, na divisa com Diadema, de gente dos bairros que está falando “Vereadora, chegou aqui uma vã branca e está colocando pessoas que estão, claramente, em situação, de uma vulnerabilidade profunda e jogaram na rua”. Em uma situação que coloque em risco as pessoas que estão em situação de rua, os moradores do bairro.

Eu estou ouvindo gente me dizendo “Eu impedi o meu vizinho de bater num morador de rua novo”, porque a situação é essa, as pessoas vão apanhar, porque elas são desconhecidas do território, porque não tem vínculo.

E é para isso, é muito covarde o que a Prefeitura faz, porque eles sabem que é isso que vai acontecer. Sabem. E para não sujar as mãos, não que eles se preocupem com isso, mas para não eles diretamente fazerem isso, jogam para o povo das periferias fazerem. É perverso. Estamos vendo que eles estão fazendo.

E, muitas vezes, quem estava agredindo essa pessoa que foi sequestrada do Centro

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

para a periferia era pobre igual a nós. Quem está agredindo é pobre igual a nós, é preto igual a nós. Não é alguém, assim, diferente, é uma pessoa igual a nós. Por isso repito: é muito perverso o que estão fazendo. É uma forma de jogar pobre contra pobre de uma maneira cruel.

Então quero as filmagens, não vou abrir mão delas e se não me entregarem oficialmente, ou se enrolarem para me entregar, está dado, ou seja, é mais um elemento que temos de que não é para gerar mais informação e mais transparência, ao contrário, é para esconder crime. Se não entregarem a mim, que sou uma Vereadora eleita, fica evidente o que está acontecendo e vai ajudar nas denúncias, inclusive, internacionais, como propôs a Karina. Podem ter certeza. Por isso, peço ajuda de vocês no sentido de definir exatamente as ruas.

Também foi dito pela Fernanda a questão do reencontro. É importante, do que estou entendendo, tem um compromisso da Diagonal em fazer…

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sim. Ela está sendo contratada pela Prefeitura, mas não está entregando o serviço, pelo que compreendi.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É então, é licitação, está em licitação. Vou olhar com calma essa licitação, porque, daquilo que entendi, a Diagonal não…

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É. E a depender de mim, quem vai abrir é o Tribunal de Contas do Município.

Então, o último encaminhamento que desejo expor é uma representação no TCM. E, mais uma vez, vou precisar da ajuda de vocês, Dentinho, Fernanda, quem está tentando associar ao livro negro, para conseguirmos montar essa representação ao TCM, porque as informações são difusas, confusas, feitas de forma para que não compreendamos o tamanho do problema.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – E vai, encontra no meio da rua e vai. E vai dar bem certo.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ahã. Sim, tem no cadastro do CadÚnico. Existe a categoria.

- Manifestações fora do microfone. Transcrição prejudica.

O SR. (Não Identificado) – … acho importante falar que quando a orientação de se fazer uma locação, como no caso, você já está organizado e tem um lugar legal, eles boicotam, então é muito ofertado o que eles querem. E aí a sugestividade deles de proporção, ou é tirada do território ou é um equipamento, uma moradia que vai dialogar com o meio, não desmerecendo cortiços, essas coisas, que vai desorganizar essa pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Entendi.

- Falas simultâneas.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – E a Diagonal é uma construtora, eles chegaram ...só uma dúvida, gente…

A SRA. (Não Identificada) - … um autista há dois anos, numa emergencial, na rua.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Claro. Sem condição.

A SRA. (Não Identificada) - ...não estigmatizando, mas tem que ter os tipos de moradia para quem está em uso, tratamento e redução.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Claro.

A SRA. (Não Identificada) - ...e eles não querem ver, não estou dizendo que são todas as pessoas, são os PCDs, as Pessoas com Deficiência, não é um problema individual meu, é da cidade inteira, eles não estão acolhendo. E outra: sou demanda suprimida…

- Falas simultâneas.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tá. Pessoal, então o nosso último encaminhamento….

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Beleza. Vou precisar da ajuda de vocês para fazer a representação ao Tribunal de Contas do Município, pode ser? (Pausa)

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

É o seguinte, pessoal, tudo isso são encaminhamentos institucionais e políticos que registramos aqui. O mais importante é conseguirmos manter a articulação entre os movimentos. Às vezes, quando a "p….." é grande ficamos atordoados. Estou um pouco atordoada. Acho importante pensarmos esses espaços permanentes como a Subcomissão de Políticas de Drogas e Redução de Danos, da Comissão de Saúde, que é isso que vou requisitar e, para tanto, precisamos de mais um voto. Aliás, já disse isso para vocês dentro da Comissão de Saúde.

E, lembrando, pessoal: não podemos, jamais, nunca, se dar por derrotado e derrotada. Tem mais: sabemos que não funcionam essas políticas de violência contra a população que faz uso prejudicial de substâncias. A Prefeitura está achando que está com a 'bola da vez' porque acha que tomou uma medida popular para a cidade de São Paulo. Acha que vai amealhar adeptos do ponto de vista político e eleitoral, acha que vai ganhar politica eleitoralmente com essa medida. Mas não vai. Todos sabemos que não vai. O Kassab não ganhou. O Dória não ganhou.

Sabemos que nenhum deles conseguiu crescer do ponto de vista eleitoral a partir de política de repressão da Polícia no Centro. Porque essa violência não resolve nada e, pior, aumenta o ciclo de violência, exclusão e racismo.

Portanto, temos certeza que estamos do lado certo da história, do lado certo do cuidado e vamos seguir em frente. Nos vemos no sábado. Obrigado a todo mundo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Pode falar, Michael.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Certo, sim fazer um requerimento e, além disso, Michael, desculpa te interromper, fazer um requerimento de informação sobre isso. E a informação que o Professor Henrique Carneiro me forneceu, na verdade, já é a informação que preciso. O fato do Laranjeira que é ligado à SPDM estar nesse negócio que vai ter no dia 13, diz tudo que preciso saber. É muito grave, é vergonhoso.

- Manifestação fora do microfone.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pois é. E por que estou falando isso? Porque o Laranjeira, que foi citado pelo Professor Henrique Carneiro, ele é um dos responsáveis pela maior OS de São Paulo. Responsável pela OS que recebe dinheiro equivalente a uma secretaria inteira, só para vocês saberem. A SPDM recebe mais dinheiro que assistência, gente, não estou brincando.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ahã. E nisso, para mim, já descredibiliza essa OS para poder atuar em São Paulo. Pode falar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. (Não Identificado) - ...fazerem treinamento da próxima e pensando que agora o …

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Meu Deus.

O SR. (Não Identificado) - ...pulando vaga para a comunidade e que trabalhadores….

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Já sabem. Não. É esquisitíssimo. Então, o último encaminhamento é sobre o requerimento de informação a respeito da política do óleo, sobre o uso dele em São Paulo, mas eu citei do Laranjeira porque é, para mim, muito grave o que falou o Professor Henrique Carneiro e tem a ver com o que você está perguntando. Afinal, quem vai fazer essa terapêutica vão ser, infelizmente, as OSs. E são as OSs que controlam 90% do SUS em São Paulo. E se o dono da OS está indo em Brasil Sem Droga, a situação é séria, é grave.

Queria informar, antes de vocês irem embora, que no dia 27 de junho, vamos fazer um seminário sobre o chamamento das OSs em São Paulo. E o que objetivamos como critério? Vocês devem saber que, depois de dez anos, teremos esse um novo chamamento das OSs. Essas OSs que são as donas do SUS na cidade de São Paulo, não é o Secretário de Saúde. E isso eu mesma já falei para ele.

Falei isso ao Secretário, independente do que acho dele ou não. E se ele sumisse

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

por uma semana da Cadeira, acho que ninguém perceberia, porque são as OSs são que mandam na cidade de São Paulo, não é a Secretaria Municipal de Saúde. Essa é a verdade.

A situação é a seguinte: precisamos ter a nossa proposta do que desejamos nos contratos de gestão. Por bem da verdade, nem teria contrato de gestão, teria gestão direta. Mas, já que tem, precisamos posicionar.

Os últimos chamamentos, os editais de chamamento estão sofríveis. São os de Parelheiros e Santo Amaro - Cidade Ademar, os quais dispõem, inclusive, a possibilidade de "pejotização" para todo o mundo, desde médico e enfermeiro até psicólogo. Ele deixa PJ ou CLT, como tanto faz, dentro da especificação que estão pedindo para o RH nas OSs. Percebem? Então temos de debater. Vai ter esse debate nesse seminário, para o qual a Secretaria de Saúde está convidada.

E vamos juntar mesmo, porque temos de expor o que desejamos para as OSs. Quando é que vai ter, por exemplo, indicador de qualidade e não de quantidade de atendimento. Quanto vamos ter presença do trabalhador da saúde sem trocas de 6 em 6 meses, como garantia do critério de qualidade do trabalho da OS. É isso, pessoal. Todos convidados.

Vamos seguir na luta, sem baixar a cabeça.

Ah, e algo que é fundamental: nosso mandato precisa de imagens do que está acontecendo. Sei que é difícil, sei que é duro e sei que tem ameaças. Sei que alguns já estão ameaçados, mas todas as denúncias que encaminhamos ao Ministério Público e a todos os órgãos responsáveis, vamos precisar da prova. Isso é muito importante. Agradeço orientarem isso também, pode filmar escondido, pode ser, sei lá, fazer de alguma forma que nos traga imagens, precisamos de imagem, principalmente quando tiver sequestro de pessoas do Centro de São Paulo, pois temos conhecimento de que tem, mas não nos chegou, pelo menos até hoje, uma imagem concreta, apesar de saber que tem. O é uma prova do que o Smart Sampa não… enfim, não é exatamente o que se diz ser. Finalizo com isso.

Vamos para a luta. Sábado, estaremos na rua: Marcha da Maconha Sem Baixar a Cabeça, Redução de Danos Salva Vidas. Obrigada a todos. (Palmas)

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 08/07/2025 18:12:34.

Nada mais havendo a ser tratado. Declaro encerrada essa audiência.

Matéria AUD 123/2025. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS e juntado ao REQCOM SAUDE 14/2025 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=651175.